

# Palestina: Anti-colonialismo, saúde e direitos humanos

Um recurso desenvolvido para o People's Health Movement

De autoria de: Layth Hanbali  
Maio 2022

<b>ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....</b>	<b>3</b>
A COLONIZAÇÃO DA PALESTINA .....	3
<i>O movimento sionista antes do Mandato Britânico</i> .....	3
<i>O papel britânico</i> .....	3
<i>O movimento sionista durante o Mandato Britânico</i> .....	5
<i>A população palestina antes e durante o Mandato Britânico</i> .....	6
<i>A Nakba (a catástrofe)</i> .....	6
A FRAGMENTAÇÃO DO POVO PALESTINO: 1948 - 1967 .....	8
<i>Cidadãos palestinos de Israel</i> .....	8
<i>A Cisjordânia</i> .....	9
<i>A Faixa de Gaza</i> .....	10
<i>Refugiados</i> .....	10
A COLONIZAÇÃO DO RESTANTE DA PALESTINA: 1967 - PRESENTE .....	11
<i>O Naksa (o retrocesso)</i> .....	11
<i>Ocupação militar</i> .....	12
<i>A Faixa de Gaza</i> .....	15
<i>Jerusalém</i> .....	17
<i>Refugiados</i> .....	18
<i>Os Acordos de Oslo</i> .....	18
RESISTÊNCIA PALESTINA AO COLONIALISMO.....	21
CRONOGRAMA DOS PRINCIPAIS EVENTOS .....	25
PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DA ONU .....	26
<b>SAÚDE E DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>27</b>
VIOLÊNCIA SISTÊMICA .....	27
<i>Cidadãos palestinos de Israel</i> .....	27
<i>Os Territórios Palestinos Ocupados</i> .....	28
<i>Jerusalém Oriental</i> .....	29
<i>Refugiados</i> .....	29
ESCALADAS DE VIOLÊNCIA.....	30
ATAQUES A SERVIÇOS DE SAÚDE .....	30
A SAÚDE COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA.....	31
<b>O COMITÊ DE TRABALHO DE SAÚDE E O SHATHA ODEH .....</b>	<b>32</b>
O COMITÊ DE TRABALHO DE SAÚDE .....	32
LINHA DO TEMPO DAS VIOLAÇÕES CONTRA O COMITÊ DE TRABALHO DE SAÚDE.....	32
A PRISÃO DE SHATHA ODEH.....	33
<b>O PAPEL DA PHM .....</b>	<b>36</b>
<b>RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>39</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>40</b>
CONTEXTO HISTÓRICO.....	40
SAÚDE E DIREITOS HUMANOS .....	41
O COMITÊ DE TRABALHO DE SAÚDE E SHATHA ODEH .....	41
O PAPEL DO PHM .....	41
<b>RECURSOS ADICIONAIS RECOMENDADOS.....</b>	<b>42</b>
LIVROS .....	42
SITES DA WEB.....	42
FILMES .....	42

## Contexto histórico

Para compreender as circunstâncias atuais ou a saúde dos palestinos de hoje, é necessário entender a história da Palestina. Esta seção tem como objetivo fornecer uma visão geral dessa história, o que facilitará o entendimento de como a Palestina foi colonizada e o que levou à situação fragmentada em que os palestinos se encontram hoje. É importante observar que um relatório tão curto como este não pode fornecer uma compreensão suficientemente completa dessa história, mas deve fornecer uma breve visão geral sobre a qual se pode construir uma compreensão mais aprofundada, se desejado. As principais fontes usadas em cada seção estão listadas no final do relatório e também podem servir como uma lista de leitura adicional recomendada.

### A colonização da Palestina

<sup>th</sup>Esta seção descreverá brevemente os principais pontos e desenvolvimentos da colonização da Palestina, desde o final do século 19, quando o movimento sionista contemporâneo foi criado, até meados do século 20, quando o Estado sionista foi estabelecido.

#### O movimento sionista antes do Mandato Britânico

O sionismo, como movimento político, começou na Europa no final da década de 1880, em grande parte como resposta à perseguição aos judeus. O Primeiro Congresso Sionista, realizado na Basileia em 1897, é visto como o marco do início de um movimento que levou ao estabelecimento de um Estado sionista na Palestina. O líder do Congresso na época, Theodor Herzl, escreveu em seu diário após a conferência: "Se eu tivesse que resumir o Congresso da Basileia em uma palavra - o que não farei abertamente - seria esta: Na Basileia, fundei o Estado judeu. Se eu dissesse isso hoje, seria recebido com risos universais. Em cinco anos, talvez, e certamente em cinquenta, todos verão isso."<sup>1</sup> A fixação na Palestina como o local para a colonização sionista desenvolveu-se gradualmente, levando a um consenso sobre ela no início do século XX. Essa fixação ideológica foi acompanhada por ferramentas de governança complementares para permitir essa colonização. O Jewish Colonial Trust, o Comitê de Colonização, o Fundo Nacional Judaico, o Palestine Office e o Palestine Land Development Committee foram todos fundados entre 1898 e 1908 pela Organização Sionista. Inicialmente, foram feitas aberturas diplomáticas ao Império Otomano, ao Império Alemão e ao governo britânico para garantir o apoio político aos objetivos sionistas, mas não houve sucesso durante esse período. Durante esse período, o sionismo começou a ser visto pela população nativa da Palestina como parte de uma iniciativa colonialista europeia, o que gerou alarme sobre a aquisição de terras, bens e poder na Palestina pelos primeiros sionistas. Já em 1911, o establishment político do Império Otomano (que governava a Palestina na época) levou a sério a intenção do movimento sionista de criar um Estado na Palestina, mas, naquele momento, não havia a expectativa de que isso levaria ao deslocamento em massa da população nativa.

#### O papel britânico

Os governos britânicos anteriores a 1917 não tinham interesse em apoiar o colonialismo sionista na Palestina, pois isso interferia nos planos de continuidade da influência britânica no Oriente Médio.

---

<sup>1</sup> Israel foi fundado cinquenta e um anos após o Congresso Sionista na Basileia, um ano a mais do que a estimativa longa, mas certa, de Herzl.

Antes da Primeira Guerra Mundial, os britânicos favoreciam o domínio contínuo do Império Otomano, o que garantiria o acesso britânico irrestrito ao Canal de Suez e à rota terrestre para a Índia. O fato de o Império Otomano ter se juntado às Potências Centrais na Primeira Guerra Mundial (contra os britânicos) fez com que os britânicos apoiassem a autonomia árabe para atingir os mesmos objetivos. Isso levou aos acordos anglo-árabes em 1915, nos quais os britânicos prometeram a independência árabe em troca de uma revolta árabe contra os turcos, que de fato começou em 1916. A essa altura, os britânicos e os franceses haviam assinado um acordo que estipulava a internacionalização da maior parte da Palestina. O governo britânico seguinte, que assumiu o poder em 1917, viu esse acordo de forma desfavorável, pois não teria atendido a todos os seus interesses imperialistas, principalmente a manutenção do controle sobre o Canal de Suez. Assim, os britânicos passaram a apoiar a Organização Sionista e seu objetivo de colonizar a Palestina. O estabelecimento de uma comunidade de colonos sionistas na Palestina, que viria a existir diretamente devido ao apoio britânico, cumpriu vários objetivos. Isso abortaria os objetivos iniciais de uma Palestina internacionalizada, e a hostilidade prevista da população nativa seria usada para justificar a presença britânica contínua na Palestina, permitindo que ela mantivesse sua influência sobre o Canal de Suez.

O apoio britânico ao movimento sionista foi codificado por meio do famoso acordo Balfour Em 1917, a Grã-Bretanha assinou a Declaração de Sykes-Picot, que apoiava "o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu". Em seguida, houve uma renegociação dos planos britânico-franceses para dividir o controle e a influência sobre diferentes partes do Império Otomano, que logo cairia após a guerra, culminando no acordo Sykes-Picot (nome dos dois diplomatas que assinaram o memorando inicial). Esse acordo estipulou inicialmente que os britânicos e os franceses compartilhariam o controle da Palestina, mas os franceses posteriormente cederam sua parte da Palestina aos britânicos, facilitando o estabelecimento do Mandato Britânico da Palestina. Embora a Declaração Balfour tenha deixado clara a posição britânica, o Acordo Sykes-Picot deu à Grã-Bretanha a capacidade de transformar a visão da Declaração em realidade. Esses dois documentos renegaram as promessas feitas pelo governo britânico de apoiar a independência árabe nos acordos anglo-árabes de 1915.

Sob o domínio britânico, a resistência árabe às aspirações sionistas foi inicialmente ignorada e depois violentamente reprimida. Na década de 1920, os planos iniciais britânicos para o futuro da Palestina envolviam a divisão igualitária do poder entre os colonos judeus (que representavam de 10% a 20% da população) e os árabes nativos (que representavam de 80% a 90%). Os britânicos, então, deixaram de lado a paridade entre as duas populações para promover a superioridade da minoria judaica na Palestina, o que alimentou as revoltas árabes em 1929 e 1936. Essas revoltas foram impiedosamente reprimidas, os líderes palestinos foram exilados e as forças paramilitares árabes foram dissolvidas. Enquanto isso, as forças paramilitares sionistas foram armadas pelos britânicos e participaram da repressão à população palestina.

Embora a revolta árabe tenha sido reprimida, ela ainda pressionou os britânicos a publicarem seu Livro Branco de 1939, no qual se comprometiam a estabelecer um estado binacional árabe/judeu na Palestina. Na época, esse estado teria uma maioria árabe e uma minoria judaica. Os britânicos também decidiram impor restrições à migração judaica para a Palestina. Essa medida pôs fim à aliança entre os britânicos e as milícias sionistas, marcada por uma insurgência sionista armada contra os britânicos. Os britânicos reagiram à violência sionista com uma resposta muito menos intensa do que a lançada contra o levante árabe, prendendo algumas milícias

e empreender uma campanha de desarmamento, sem desafiar fundamentalmente a liderança sionista ou as instituições do protoestado sionista. Por fim, em 1947, depois de se retirarem da Índia e sofrerem violência significativa das milícias sionistas, os britânicos anunciaram seu plano de se retirar da Palestina e entregar sua administração às Nações Unidas.

### O movimento sionista durante o Mandato Britânico

O movimento sionista expressou explicitamente suas intenções colonizadoras e sua disposição de expulsar a população nativa antes de ter os meios para colocar em prática essa visão. Um dos pensadores mais liberais do sionismo político, Leo Motzkin, comentou em 1917: "Nosso pensamento é que a colonização da Palestina deve seguir em duas direções: A colonização judaica em Eretz Israel e o reassentamento dos árabes de Eretz Israel em áreas fora do país. A transferência de tantos árabes pode parecer, a princípio, inaceitável do ponto de vista econômico, mas não deixa de ser prática. Não é necessário muito dinheiro para reassentar uma aldeia palestina em outra terra."

Nas três décadas seguintes, o movimento sionista buscou estabelecer um controle cada vez maior na Palestina de várias maneiras. Alguns líderes sionistas, conforme mencionado acima, priorizaram a aquisição de terras e bens na Palestina, mas, em 1947, o movimento sionista só havia comprado cerca de 6% da área da Palestina sob mandato. Essas aquisições eram frequentemente associadas à transferência de população; o líder sionista Moshe Sharett explicou uma compra de terras da seguinte forma: O líder sionista Moshe Sharett explicou uma compra de terras da seguinte forma: "Há uma tribo que reside a oeste do rio Jordão e a compra incluirá o pagamento da tribo para que se mude para o leste do rio; com isso, reduziremos o número de árabes". Também houve esforços para estabelecer a preparação militar e várias milícias sionistas foram criadas. O estabelecimento de milícias geralmente ocorria com o apoio de oficiais britânicos, que treinavam as milícias sionistas e as envolviam na supressão de revoltas árabes. O movimento sionista estabeleceu instituições protoestatais, que não foram contestadas pelas autoridades britânicas. Em geral, essas instituições se separavam da população nativa, boicotando produtos e mão de obra árabes e empregando apenas mão de obra judaica nas colônias sionistas. De fato, em meados da década de 30, uma Comissão Real Britânica descreveu o movimento de colonos sionistas na Palestina como "um estado dentro de um estado".

Em nível político, os líderes sionistas aceitaram externamente os planos britânicos de divisão em 1937, mantendo sua intenção de obter a soberania judaica sobre a maior parte possível da Palestina o mais rápido possível. Essa abordagem incrementalista foi parcialmente adotada para manter o favor dos britânicos, que armaram e treinaram milícias sionistas, inclusive durante a revolta árabe de 1936. No entanto, as restrições à imigração judaica em 1939, juntamente com o Livro Branco britânico que delineava os planos para um estado binacional, encerraram a aliança sionista-britânica em nível oficial. Em 1942, a demanda sionista para governar toda a Palestina foi articulada publicamente. Duas das três milícias sionistas, a Haganah e a Irgun, suspenderam suas operações durante a Segunda Guerra Mundial para ajudar os Aliados. A terceira, a Lehi (que tinha Yitzhak Shamir, mais tarde primeiro-ministro de Israel, como um de seus líderes) continuou as operações militares contra os britânicos durante a guerra.

A trégua terminou quando ficou claro que os Aliados estavam no caminho certo para vencer a guerra, lançando uma campanha violenta de longo alcance contra os britânicos. O incidente mais infame de violência foi o bombardeio do King David Hotel, onde ficavam os escritórios

centrais do governo do Mandato Britânico na Palestina. A aliança do movimento sionista com a Grã-Bretanha

foi substituído por um com os Estados Unidos, que havia se tornado uma potência mundial própria, tinha seus próprios interesses estratégicos no Oriente Médio e, em geral, apoiava o movimento sionista.

#### A população palestina antes e durante o Mandato Britânico

A imigração judaica para a Palestina antes do final da década de 1890 não era considerada uma ameaça pela população nativa, pois os imigrantes geralmente eram vistos como refugiados ou indivíduos motivados por sentimentos religiosos. Após o Primeiro Congresso Sionista em 1897, os primeiros colonos sionistas começaram a se segregar, boicotando produtos e mão de obra árabes, o que gerou raiva e ressentimento da população local. A resistência local considerável seguiu-se à Declaração de Balfour em 1917, com a população local reconhecendo a ameaça de expulsão caso as aspirações sionistas se concretizassem; a Grã-Bretanha e outras potências imperiais insistiram no reconhecimento do direito à autodeterminação das populações nativas, o que, inicialmente, acalmou um pouco os temores dos árabes palestinos. Em nível político, no entanto, houve uma mobilização contínua contra o sionismo. Cada um dos sete Congressos Árabes Palestinos, de 1919 a 1928, realizados em várias cidades palestinas, enfatizou a rejeição da população local ao sionismo. Apesar de essas reuniões do Congresso nunca terem sido reconhecidas pelas autoridades do Mandato Britânico, a oposição das populações nativas aos objetivos do movimento sionista foi registrada já em 1919 pela Comissão Americana King-Crane. Ela observou que "não havia nada em que a população da Palestina estivesse mais de acordo do que [a oposição a todo o programa sionista]". Essa oposição também foi articulada por resoluções unânimes do Congresso Geral da Síria, que incluía representantes eleitos da Palestina.

A posição da população nativa pouco fez para conter a colonização sionista da Palestina, o que levou a confrontos armados em 1920 entre nativos e colonos sionistas no norte da Palestina e em Jerusalém. Esses confrontos isolados evoluíram para um levante árabe em 1921, seguido por levantes semelhantes em 1929, 1933 e 1936, e uma rebelião em larga escala em 1939.

Esses movimentos incluíram várias táticas, como protestos, desobediência civil e resistência armada. Em 1936, os palestinos realizaram uma greve geral que envolveu toda a população e durou 174 dias. Havia também formas mais sutis de resistência, como a recusa em vender terras aos colonos sionistas, o que contribuiu para diminuir o ritmo dos avanços sionistas na aquisição de terras na Palestina; em 1920, os colonos sionistas haviam adquirido pouco menos de 4% das terras na Palestina, e estima-se que apenas 10% tenham sido vendidas a eles diretamente pelos palestinos. Conforme descrito acima, os britânicos reagiram à oposição da população local à colonização da Palestina suprimindo a expressão política da população e exilando grande parte da liderança política árabe palestina.

#### A Nakba (a catástrofe)

Na época da retirada britânica da Palestina, dois terços da população eram árabes, enquanto um terço era judeu. No entanto, a distribuição de terras era muito mais desigual, pois os imigrantes judeus se mudaram principalmente para as cidades, apesar da pressão dos líderes sionistas para que eles se estabelecessem no campo. Os imigrantes judeus possuíam apenas cerca de 6% das terras. A população árabe havia sido reprimida durante duas revoltas em 10 anos, uma parte significativa de sua liderança política foi exilada e suas forças paramilitares foram dissolvidas. A população judaica, apesar da escalada da violência sionista contra os britânicos antes da retirada, não sofreu o mesmo nível de repressão. Os líderes políticos sionistas foram

As campanhas de desarmamento foram muito menos severas, e as populações não militantes não estavam sujeitas à repressão indiscriminada enfrentada pela população árabe. Além disso, os britânicos permitiram que o movimento sionista estabelecesse instituições protoestatais durante o período do Mandato Britânico.

A questão política foi deixada para a Organização das Nações Unidas (ONU), que delegou a responsabilidade de propor soluções para a questão da Palestina ao Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP). Seja por meio da divisão ou de um estado binacional, a expectativa era que o UNSCOP fizesse uma recomendação para que árabes e judeus compartilhassem a Palestina de alguma forma. Conseqüentemente, a população palestina e sua liderança remanescente, recusando a ideia de compartilhar suas terras com colonos sionistas, boicotaram totalmente os procedimentos do UNSCOP.

Enquanto isso, os líderes sionistas se envolveram totalmente com o UNSCOP. Juntamente com uma ofensiva de charme, eles argumentaram sobre o atraso dos árabes, negaram os direitos políticos do povo palestino e facilitaram testemunhos que apresentavam apenas pontos de vista sionistas, inclusive de judeus europeus que, na realidade, estavam divididos quanto ao sionismo. Os líderes sionistas garantiram que estavam preparados para as reuniões com o UNSCOP colocando escutas em suas salas de reunião e instalando espiões no lugar da equipe de limpeza do hotel da delegação do UNSCOP durante sua missão na Palestina.

Como parte de seu compromisso com a UNSCOP, os líderes sionistas apresentaram à delegação sua ideia das fronteiras de um futuro Estado judeu. A delegação da ONU considerou essas exigências excessivas e acabou recomendando a partição com uma parcela menor do que a exigida para um Estado judeu; 56% das terras palestinas deveriam ser alocadas para um Estado judeu (que conteria quase tantos palestinos [438.000] quanto judeus [499.000]), 42% das terras para um Estado palestino (contendo quase exclusivamente palestinos [818.000] com alguns judeus [10.000]) e os 2% restantes para uma Jerusalém governada internacionalmente. Em novembro de 1947, a ONU adotou a Resolução 181 para endossar o plano de divisão<sup>2</sup>. Seguindo essa recomendação, os palestinos e outros árabes mantiveram sua oposição ao plano de divisão, afirmando a falta de legitimidade das reivindicações sionistas à terra. Publicamente, os líderes sionistas aceitaram o plano de divisão, mas, em particular, continuaram a planejar um Estado maior do que o recomendado pelo UNSCOP. David Ben-Gurion, o primeiro primeiro-ministro de Israel e o primeiro signatário da declaração de independência de Israel, escreveu: "Não considero um Estado em parte da Palestina como o objetivo final do sionismo, mas como um meio para atingir esse objetivo". O primeiro presidente de Israel, Chaim Weizmann, declarou: "a divisão pode ser apenas um arranjo temporário para os próximos vinte a vinte e cinco anos". As conseqüências da guerra árabe-israelense de 1948 acabariam levando a fronteiras definidas pela linha de armistício que correspondiam mais ou menos aos mapas propostos pelos líderes sionistas à UNSCOP.

Em resposta à resolução da ONU, a população árabe palestina realizou protestos significativos. As milícias sionistas atacaram vilarejos e bairros palestinos. Os ataques foram graves o suficiente para fazer com que 75.000 palestinos fugissem de suas casas. O Exército de Salvação Árabe, composto por cerca de 6.000 voluntários árabes (a maioria palestinos), e o Exército da Guerra Santa, uma força irregular de 5 a 10.000 pessoas, foram formados para resistir às milícias sionistas. As forças combinadas das milícias sionistas (Haganah, Irgun e Lehi) consistiam inicialmente em cerca de 30.000 combatentes. Inicial

---

<sup>2</sup> A Resolução 181 da ONU foi apoiada predominantemente por países europeus e americanos, além da



Australásia. Nenhum país asiático se manifestou a favor da Resolução, enquanto apenas um país africano o fez, a União da África do Sul, que na época era governada por um movimento colonialista.

As tensões evoluíram para batalhas isoladas, ataques retaliatórios e táticas de intimidação violentas em dezembro de 1947 e janeiro de 1948, até uma ofensiva total em fevereiro de 1948. A essa altura, as milícias sionistas já haviam iniciado as operações de limpeza, esvaziando completamente cinco vilarejos. O "Plano Dalet" das milícias sionistas foi então adotado em março de 1948, com o objetivo explícito de expulsar os palestinos para maximizar a conquista de terras. As primeiras operações do Plano Dalet foram realizadas nos centros urbanos em março, levando à expulsão de 250.000 palestinos de Tiberíades, Haifa, Safad, Bisan, Jaffa e Akka. As milícias sionistas também cometeram cerca de 33 massacres, sendo o mais infame o de Deir Yassin, onde cerca de 110 moradores foram mortos. Esses massacres incutiram medo na população palestina, muitas vezes fazendo com que os moradores de vilarejos próximos fugissem. Essas operações, em conjunto, levaram à limpeza étnica de 800.000 palestinos de cerca de 530 vilarejos e comunidades e ficaram conhecidas pelos palestinos como Nakba, "a catástrofe".

O movimento sionista declarou a independência do Estado de Israel em meados de maio de 1948, coincidindo com a retirada das forças britânicas da Palestina. Apesar de os britânicos terem mantido sua presença até aquele momento, eles não intervieram nas operações de limpeza étnica sionista. Os exércitos dos países árabes vizinhos (Jordânia, Egito, Síria, Líbano e Iraque) só intervieram após a retirada britânica e a Declaração de Independência do Estado de Israel, quando 300.000 palestinos já haviam sido etnicamente limpos de suas comunidades. Apesar da declaração de guerra, os exércitos árabes geralmente restringiam suas operações às áreas da Palestina que haviam sido alocadas para um estado árabe de acordo com o Plano de Partição da ONU. Os países árabes estavam ansiosos para evitar uma guerra total, pois mal haviam saído do domínio colonial, e pretendiam usar a guerra para consolidar sua influência estratégica na região, minimizando as perdas.

### A fragmentação do povo palestino: 1948 - 1967

#### Cidadãos palestinos de Israel

Os 800.000 palestinos que foram etnicamente limpos durante a Nakba constituíam 80% dos palestinos que viviam na área que se tornou o Estado de Israel em 1948. Isso ainda deixou uma população palestina considerável em Israel. Eles enfrentaram uma série de ações discriminatórias e violentas. As operações de limpeza étnica continuaram na década de 1950. Os exemplos mais notáveis são as expulsões e os massacres que ocorreram em Iqrith (1951), Al-Tireh (1953), Abu Ghosh (1953), Kafr Qasem (1956), Acre (1965) e Naqab (durante toda a década de 1950). Além disso, desde o estabelecimento do Estado de Israel em 1948 até 1966, quase todos os cidadãos palestinos de Israel viveram sob lei marcial. Essa lei foi implementada para 90% da população árabe palestina e não foi instituída para nenhum dos habitantes judeus. Isso significava que, nos primeiros 18 anos de existência de Israel, 90% dos palestinos em Israel seriam processados em tribunais militares, e não civis, por todos os delitos (sem direito a apelação). Essa mesma população só tinha permissão para visitar outras partes do país com um passe de segurança relevante (e muitas vezes limitado no tempo) e, em geral, era impedida de visitar as casas de onde foram expulsos. Os palestinos em Israel não tinham liberdade de expressão, reunião ou associação, e eram impedidos de publicar jornais ou criar partidos políticos. Mesmo depois de terem recebido tecnicamente esses direitos, após 1966, muitas publicações ou organizações políticas árabes foram proibidas. Até pelo menos 1965, havia pouquíssimos árabes empregados em departamentos do governo, e nenhum árabe trabalhava no escritório do governo responsável por assuntos árabes.

Várias leis fundamentais codificaram e garantiram a contínua desapropriação dos palestinos de suas terras e até mesmo de sua existência em Israel. A Lei da Cidadania de 1952 exigia que os palestinos tivessem documentos que comprovassem a cidadania palestina (muitas vezes confiscada pelo exército israelense) ou o Registro de Habitantes (cuja administração foi deliberadamente negligenciada nas cidades palestinas pelas autoridades israelenses). Isso fez com que muitos palestinos vivessem como apátridas em Israel, enquanto os palestinos que foram etnicamente limpos eram quase totalmente inelegíveis para a cidadania (ou para retornar às suas casas) porque não eram residentes de Israel em 1952, conforme estipulado pela lei. Enquanto isso, a mesma Lei de Cidadania concedia cidadania a todos os judeus que imigraram de acordo com a "Lei do Retorno" de 1950, que, por sua vez, permitia que qualquer judeu de qualquer lugar do mundo migrasse para Israel. A Lei de Propriedade dos Ausentes (1950) concedeu ao Estado israelense o direito de assumir qualquer propriedade pertencente aos palestinos que foram expulsos ou que haviam saído, enquanto a Lei de Aquisição de Terras (1953) permitiu que o Estado confiscasse cerca de 1,2 milhão de dunams de terra da população palestina. A propriedade confiscada foi e continua sendo usada para subsidiar os custos dos colonos que chegam a Israel, geralmente assentados pelo Estado. Essas ações também são tomadas exclusivamente para o benefício dos colonos judeus pelo Fundo Nacional Judaico (JNF), uma organização sem fins lucrativos. organização quase estatal que controla 13% das terras em Israel.

#### A Cisjordânia

O Acordo de Armistício, assinado em 1949 no final da Guerra Árabe-Israelense, deu à Jordânia o controle da Cisjordânia (Figura 1). Essa era a área da Palestina deixada entre a Jordânia e Israel e estava sob o controle da Jordânia no final da guerra. As ambições expansionistas da Jordânia levaram à anexação da Cisjordânia em 1950. Duas décadas de repressão pelas forças britânicas e sionistas e o recente estabelecimento do Estado de Israel na maior parte da Palestina deixaram um movimento nacional palestino enfraquecido na época, que não foi capaz de resistir à ação jordaniana, apesar de alguma oposição popular na época. Essa anexação levou a uma maior supressão da identidade nacional palestina e dos esforços para mobilizá-la. Além disso, apesar da anexação, as autoridades jordanianas negligenciaram os residentes da Cisjordânia em comparação com os residentes da Cisjordânia Oriental (a área que hoje constitui a Jordânia), o que levou a desigualdades socioeconômicas significativas que também se traduziram em impactos significativos na saúde.

Isso será detalhado em seções posteriores.

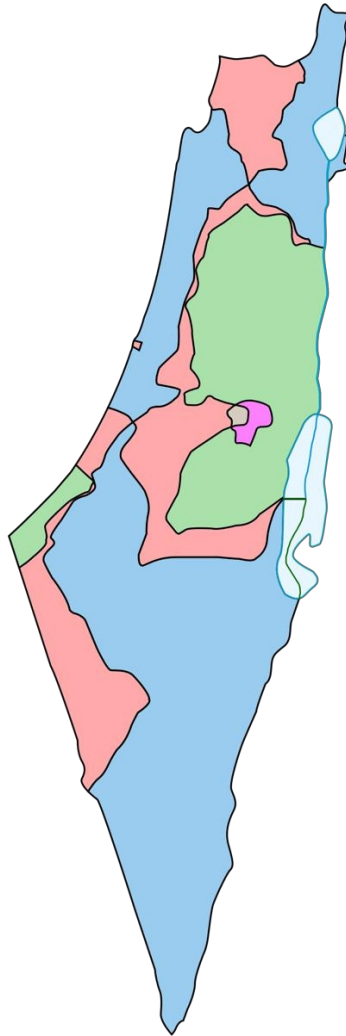


Figura 1: Mapa do Mandato Britânico da Palestina, ilustrando as fronteiras do Plano de Partição das Nações Unidas (estado judeu planejado em azul, Corpus separatum composto por Jerusalém e os locais sagrados em cinza e roxo, o estado árabe planejado no restante). A Cisjordânia é a área verde à direita; a Faixa de Gaza é a área verde à esquerda.

#### A Faixa de Gaza

Após o Acordo de Armistício entre o Egito e Israel em 1949, a Faixa de Gaza (a área da Palestina deixada entre o Egito e Israel) ficou sob o domínio do Egito (Figura 1). Ao contrário da Jordânia, o Egito não anexou a Faixa de Gaza, insistindo em seu status como parte indivisível de um futuro Estado palestino. No entanto, de forma semelhante à situação na Cisjordânia, as autoridades egípcias negligenciaram significativamente a Faixa de Gaza. Isso foi particularmente exacerbado pela perda simultânea de terras agrícolas para Israel, pelo fechamento de seu porto e pela triplicação da população da pequena área devido ao influxo de refugiados. Além disso, Israel ocupou a Faixa de Gaza entre outubro de 1956 e março de 1957, após a Agressão Tripartite (de Israel, França e Reino Unido contra o Egito, após a nacionalização do Canal de Suez, anteriormente controlado por estrangeiros).

#### Refugiados

No final da Nakba, os 800.000 palestinos exilados à força tornaram-se refugiados nas áreas vizinhas ao recém-estabelecido Estado de Israel. A eles foi negado o direito de

retornaram para suas casas após a guerra, apesar de a Resolução 194 da ONU afirmar seu direito de retorno. Eles buscaram abrigo em diversos locais na Cisjordânia, na Faixa de Gaza, na Jordânia, na Síria e no Líbano, com amigos ou parentes, e em prédios religiosos, escolas, prédios abandonados, bem como em acampamentos temporários perto da fronteira com Israel. Em seguida, os governos alugaram terras para assentar os refugiados, nas quais as barracas foram fornecidas inicialmente por organizações não governamentais, seguidas pela UNRWA (UN Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East). A UNRWA foi criada em 1949 pela Assembleia Geral da ONU e foi incumbida de atender aos refugiados palestinos. Em 1950, ela recebeu autoridade para construir e prestar serviços nas terras designadas para os campos de refugiados palestinos. Em 1951, a UNRWA começou a construir estruturas mais permanentes, como cabanas para substituir as tendas, algo que muitos refugiados já haviam começado a fazer por conta própria. A UNRWA assumiu totalmente essa responsabilidade em 1955 e quase todas as tendas foram substituídas por cabanas de concreto em 1959. Os serviços que a UNRWA é obrigada a prestar incluem educação básica e assistência médica primária, que são fornecidos a todos os refugiados palestinos registrados que procuram os serviços da UNRWA. Outros serviços voltados para os mais necessitados incluem serviços hospitalares e assistência em dinheiro e alimentos. Esses serviços são prestados principalmente nos campos de refugiados reconhecidos e em seus arredores, mas são acessíveis a todos os refugiados registrados de acordo com os critérios da UNRWA.

Os campos passaram a abrigar cerca de um terço da população total de refugiados registrados pela UNRWA. O restabelecimento dos vínculos comunitários nos campos, que haviam sido sistematicamente removidos nos anos que antecederam o estabelecimento do Estado de Israel, permitiu a mobilização e a organização política entre os palestinos. Isso levou ao desenvolvimento de uma nova liderança do movimento nacional palestino e à criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em 1964. Há vários fatores estruturais, políticos e econômicos importantes que levam a preocupações significativas com a saúde nos campos de refugiados palestinos, que serão detalhados em seções posteriores.

## A colonização do restante da Palestina: 1967 - presente

### O Naksa (o contratempo)

O ataque de Israel para dizimar a força aérea egípcia em 5 de junho de 1967 deu início à guerra de seis dias entre Israel, de um lado, e Egito, Síria e Jordânia, de outro. Embora afirmasse ter atacado em legítima defesa, o ministro israelense Mordecai Bentov, anos depois

admitiu as intenções expansionistas por trás do ataque: "Toda essa história sobre o perigo de extermínio foi inventada e exagerada após o fato para justificar a anexação de novos territórios árabes." De fato, após a guerra, Israel passaria a controlar as áreas não colonizadas restantes da Palestina (Cisjordânia e Faixa de Gaza), bem como a Península do Sinai, no Egito, e as Colinas de Golã, na Síria. A guerra resultaria na limpeza étnica de centenas de milhares de palestinos (alguns dos quais já eram refugiados) da Cisjordânia e da Faixa de Gaza para as vizinhas Jordânia, Síria e Egito, bem como de cerca de 100.000 sírios das Colinas de Golã. Outros sete campos de refugiados palestinos foram estabelecidos na Jordânia e na Síria.

O Naksa também causou um realinhamento significativo das alianças políticas dos palestinos. Antes de 1967, o movimento nacional palestino dependia em grande parte do patrocínio dos países árabes, e a OLP às vezes era vista como controlada pela Liga Árabe. Embora facções políticas palestinas independentes já estivessem sendo estabelecidas, a

impressionante derrota dos Estados árabes na Naksa levou a uma desilusão significativa dos palestinos

com os estados árabes liderando seu movimento de libertação. Isso catalisou um maior crescimento do movimento de libertação palestino, com o estabelecimento e o crescimento de várias facções políticas e uma militarização significativa, especialmente nos campos de refugiados.

### Ocupação militar

#### *Construção de assentamentos em terras ocupadas*

O período imediatamente após a guerra de 1967 demonstrou claramente que o establishment político israelense levou adiante as aspirações dos primeiros líderes sionistas de colonizar toda a Palestina e até mesmo além dela. A construção de assentamentos exclusivamente judaicos nas colinas sírias de Golã começou em julho de 1967, na Cisjordânia palestina em setembro de 1967 e na península egípcia do Sinai em maio de 1969. A construção de assentamentos foi apoiada pela política oficial israelense em setembro de 1967 e um método comum de apoio estatal aos assentamentos foi e continua sendo o confisco de terras palestinas sob o pretexto de ordens militares, que são então transferidas para a construção de assentamentos.

Assim como em outras manifestações do colonialismo, os objetivos da construção de assentamentos são políticos e de controle de recursos. Politicamente, os palestinos, seja na Cisjordânia, na Faixa de Gaza ou no exílio em países vizinhos, continuaram a ter reivindicações legítimas sobre as terras colonizadas por Israel. A ocupação das áreas com as maiores populações palestinas deu a Israel o domínio sobre essas áreas e a capacidade de interromper a organização palestina. Fisicamente, a terra é confiscada para a construção de assentamentos, reservas naturais e campos de tiro, cortando as conexões entre as cidades e os vilarejos palestinos. Legalmente, as leis militares que se aplicam aos palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza (mas não aos colonos israelenses) restringem severamente a organização política e até mesmo social e cultural. Isso é visto na repressão às organizações da sociedade civil que trabalham com saúde, direitos humanos e questões sociais (consulte as seções Saúde e direitos humanos e Comitê de trabalho de saúde). O segundo conjunto de objetivos concentrou-se em políticas expansionistas para explorar a terra e os recursos dessa terra. Por exemplo, o acesso ao principal aquífero de água na Cisjordânia é totalmente controlado por Israel e as fontes naturais são frequentemente tomadas pelos assentamentos para recreação. Por outro lado, as solicitações palestinas de projetos de água para atender às necessidades básicas são frequentemente adiadas por anos ou rejeitadas.

Essas políticas, consideradas em conjunto, mostram um quadro claro das políticas expansionistas de um regime colonial de colonização.

É importante considerar essas metas expansionistas no contexto histórico da política do governo israelense. Jerusalém Oriental foi anexada de fato a Israel apenas 18 dias após o fim da Guerra dos Seis Dias. O governo israelense também endossou o "Plano Allon", elaborado pelo então Ministro do Trabalho, que propunha a anexação da maior parte da Cisjordânia e da totalidade da Faixa de Gaza a Israel. Embora originalmente propusesse o estabelecimento de um estado druso nas Colinas de Golã, até mesmo essa área foi anexada a Israel em 1981. As partes com presença palestina contínua foram planejadas para serem semiautônomas, mas completamente cercadas por Israel. Um mapa que demonstra as áreas nas quais os palestinos estão restritos hoje tem uma semelhança impressionante com o mapa do Plano Allon de 54 anos atrás (Figura 2).

O único território que Israel ocupou e do qual se retirou posteriormente foi a Península do Sinai, da qual se retirou em 1982. Entretanto, mesmo assim, o Sinai estava sob uma condição estrita de desmilitarização. Foram necessários 30 anos para que as tropas egípcias entrassem

na área, e somente em caso de acordo mútuo com Israel. Embora Israel também tenha se retirado da Faixa de Gaza



em 2005, continua a exercer um controle significativo sobre ela, o que equivale a uma ocupação militar contínua, como será descrito mais adiante.

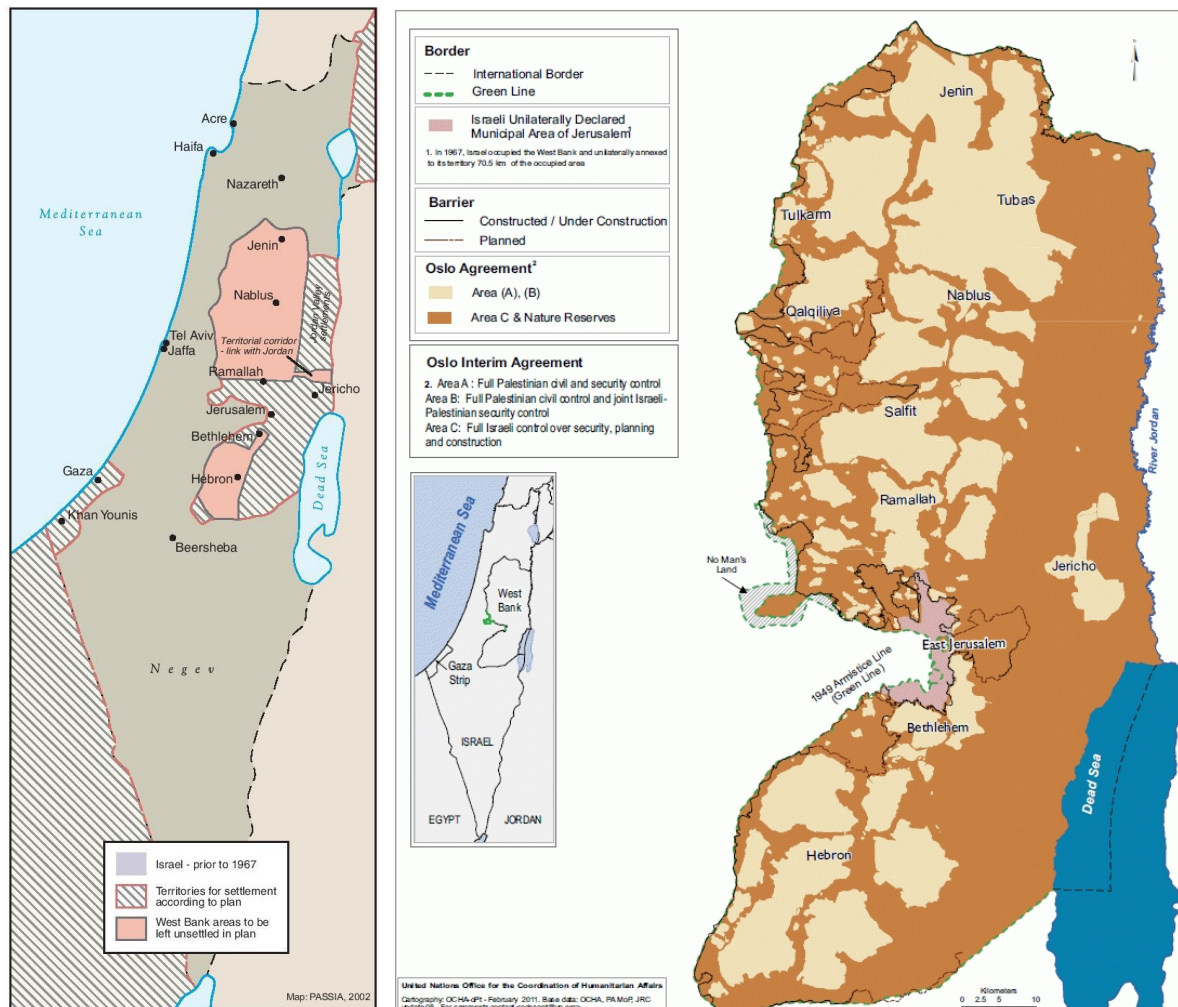


Figura 2: Esquerda: O Plano Allon de 1967 - as áreas em rosa foram originalmente propostas para serem "devolvidas" à Jordânia (PASSIA 2002).

À direita: Mapa da Cisjordânia atual - as áreas claras são as Áreas A e B (autoadministração palestina parcial, explicada abaixo) (OCHA 2011).

A construção de assentamentos em terras ocupadas é ilegal e é reconhecida como tal por todas as principais organizações internacionais. órgãos relevantes. Isso está de acordo com as regras que proíbem a transferência da população do ocupante para o território ocupado e se aplica ao estabelecimento, à consolidação ou à expansão de assentamentos, bem como ao confisco de terras para assentamentos. A lei internacional também proíbe a transferência da população nativa dentro ou fora da terra ocupada. Israel viola isso por meio de expulsões forçadas de palestinos, na forma de transferências forçadas dentro dos territórios palestinos ocupados e até mesmo deportações.

### Lei marcial

Da mesma forma que os cidadãos palestinos de Israel de 1948 a 1966, aqueles que ficaram sob o domínio de Israel após a guerra de 1967 também estavam sujeitos à lei militar israelense. Isso incluiu os palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, os sírios nas Colinas de Golã e os egípcios na Península do Sinai. Os palestinos na Cisjordânia permanecem sob essa lei até hoje (ela era aplicada na

Faixa de Gaza até 2005, as Colinas de Golã até sua anexação em 1981 e o Sinai durante toda a ocupação israelense). A lei nunca se aplicou aos judeus israelenses que vivem em assentamentos, na Cisjordânia ou em qualquer outro lugar. Na prática, isso significa que o exército israelense exerce controle sobre todos os aspectos da vida dos palestinos. Centenas de postos de controle militares israelenses controlam a liberdade de movimento dos palestinos entre as cidades e os vilarejos da Cisjordânia. A entrada de bens e produtos no mercado palestino está sob total discricção das autoridades militares israelenses. Israel controla até mesmo o registro da população, que é responsável pela emissão de documentos de identidade palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Por mais de 25 anos, o hasteamento da bandeira palestina foi proibido e poderia levar um palestino à prisão. A aplicação da lei marcial somente aos palestinos significa que um colono israelense e um palestino, que moram a poucos minutos de distância um do outro e conspiram juntos em um crime, acabariam em sistemas judiciais diferentes: o judeu israelense em um tribunal civil e o palestino em um tribunal militar.

### *Confisco de terras*

O confisco de terras é comumente usado na ocupação de Israel para atender a vários objetivos. É importante para as políticas expansionistas nas quais Israel pretende controlar a terra e os recursos. Também é usado para fragmentar a população palestina. O confisco de terras é exercido de acordo com a lei militar, e o motivo do confisco de terras palestinas públicas e privadas geralmente é declarado como sendo para fins militares. No entanto, essas terras são frequentemente transformadas em assentamentos. Conforme observado acima, isso viola a lei internacional.

Esses confiscos de terra geralmente ocorrem acompanhados de violência militar israelense significativa. Esse foi o caso mais recente de Beita, cuja terra foi confiscada, inicialmente por colonos desonestos e, depois, pelos militares israelenses. O exército israelense matou a tiros 10 moradores, incluindo o engenheiro de água de Beita, enquanto ele restabelecia o abastecimento do vilarejo sitiado, e feriu 1.000 pessoas. Violência semelhante enfrentou os protestos populares ocorridos em outras áreas, como Jerusalém, Bil'in, Ni'lin e Nabi Saleh.

### *Infraestrutura pública*

A disparidade no fornecimento de infraestrutura pública é particularmente acentuada devido ao controle total das autoridades israelenses sobre a entrada de materiais e recursos nas áreas palestinas, inclusive nas áreas anexadas e na Faixa de Gaza. O acesso à água é quase totalmente controlado por Israel, com uma distribuição altamente injusta. Os israelenses consomem, em média, quase quatro vezes mais água per capita (300 litros por pessoa por dia) do que os palestinos (88 litros por pessoa por dia). Enquanto os israelenses têm água corrente 24 horas por dia, os palestinos dependem de tanques de água particulares nos telhados de seus edifícios, que são enchidos a cada poucos dias quando a água acaba, apesar da grave escassez, especialmente no verão e na Área C (explicada abaixo).

Existe um sistema semelhante para a eletricidade; Israel fornece quase toda a eletricidade da Cisjordânia, que é vendida a um preço alto para as empresas de distribuição palestinas, com ameaças frequentes de cortes de energia devido a atrasos nos pagamentos. Embora exista uma usina de energia na Faixa de Gaza, atualmente ela não consegue atender nem a um terço da demanda devido ao bloqueio de Israel, que limita severamente o fornecimento de combustível.

Na Cisjordânia, desde a década de 1990, Israel estabeleceu uma grande rede do que os

militares israelenses chamam de "estradas estéreis". Essas estradas são dedicadas a servir os assentamentos israelenses que os palestinos da Cisjordânia não podem usar. Há muitas outras estradas que os palestinos não podem usar.

raramente recebem permissões de segurança para usar, por exemplo, se as estradas forem a única maneira de chegar ao local de residência ou trabalho.

Nas telecomunicações, enquanto as empresas israelenses lançaram o 4G em 2014, o 3G só foi permitido na Cisjordânia em 2018. Os palestinos na Faixa de Gaza continuam dependentes de redes 2G até hoje.

### *Violência dos colonos*

São frequentes os atos de violência cometidos por colonos israelenses contra palestinos, incluindo assédio e intimidação, danos à propriedade e ataques a pessoas, além da violência sistêmica detalhada acima. O assédio e a intimidação ocorrem por meio de ameaças de vandalismo a lojas e casas palestinas e contra crianças que vão à escola e pessoas que dirigem pela Cisjordânia; uma ação comum adotada por ativistas de solidariedade internacional é acompanhar as crianças que vão à escola para protegê-las dos ataques dos colonos. Os danos à propriedade incluem danificar carros, contaminar fontes de água, incendiar casas e danificar árvores; milhares de oliveiras são cortadas ou queimadas pelos colonos todos os anos. Os ataques a pessoas incluem apedrejamento, espancamento, atropelamento e tiroteio. Embora esses ataques tenham recebido maior atenção recentemente, eles fazem parte da realidade vivida pelos palestinos desde que conheceram o movimento sionista. O empreendimento de assentamentos é inerentemente violento para com os palestinos, inclusive por limitar o acesso à terra e aos recursos e causar a desapropriação significativa de terras públicas e privadas dos palestinos. Além disso, a taxa de posse de armas é de 6,7 armas para cada 100 pessoas entre os israelenses, sendo que os colonos da Cisjordânia são um dos grupos "civis" qualificados para obter uma licença de porte de arma, o que significa uma taxa de posse de armas muito maior entre eles.

Além disso, os colonos raramente são responsabilizados por esses atos de violência. 91% das investigações baseadas em reclamações de palestinos sobre a violência dos colonos israelenses são encerradas sem acusações. Como esses casos ocorrem na Cisjordânia, as investigações ficam sob a responsabilidade dos militares israelenses.

### *A Faixa de Gaza*

#### *A população*

Uma consideração importante sobre a Faixa de Gaza é que a maioria de sua população de 2 milhões de pessoas é de refugiados registrados (1,3 milhão), cerca de metade dos quais vive em campos de refugiados. Todas essas pessoas vivem em uma pequena faixa de terra com uma densidade populacional de 5.046 pessoas/km<sup>2</sup>, uma taxa que é superada apenas por cinco países ou territórios em todo o mundo. A população da Faixa de Gaza está isolada dos recursos naturais da área: terra ao norte, leste e sul (colonizada e declarada parte de Israel em 1948) e o mar a oeste (no qual Israel impõe uma zona de proibição de pesca e proíbe a operação de um porto). Desde o bloqueio, estimou-se, em 2010, que Gaza perdeu cerca de 30% da terra arável devido à imposição de uma "zona tampão" perto das fronteiras com Israel e com o Egito.

### *Retirada israelense*

Uma proclamação frequente entre os sionistas é que Israel se retirou da Faixa de Gaza em 2005, mas que nem mesmo isso apaziguou os palestinos. De fato, Israel retirou as tropas estacionadas na Faixa de Gaza e esvaziou os 21 assentamentos que havia construído na Faixa de Gaza com seus 8.000 colonos. O governo israelense fez isso, como ele mesmo admite, para garantir que

manteve uma maioria demográfica judaica em cada uma das áreas que controlava. O vice-primeiro-ministro israelense Ehud Olmert explicou isso na época da seguinte forma:

"Cada vez mais palestinos não estão interessados em uma solução negociada de dois Estados, porque querem mudar a essência do conflito de um paradigma argelino para um sul-africano. De uma luta contra a "ocupação", na linguagem deles, para uma luta por um homem, um voto. Essa é, obviamente, uma luta muito mais limpa, uma luta muito mais popular e, em última análise, muito mais poderosa. Para nós, isso significaria o fim do Estado judeu... os parâmetros de uma solução unilateral são: Maximizar o número de judeus; minimizar o número de palestinos; não se retirar para a fronteira de 1967 e não dividir Jerusalém... talvez tenhamos que adotar a separação unilateral."

Após a aprovação do plano, o conselheiro sênior do primeiro-ministro israelense comentou:

"O significado do plano de retirada é o congelamento do processo de paz e, quando se congela esse processo, impede-se o estabelecimento de um Estado palestino e uma discussão sobre os refugiados, as fronteiras e Jerusalém. Efetivamente, todo esse pacote chamado Estado palestino, com tudo o que ele implica, foi removido indefinidamente de nossa agenda."

Esse contexto deixa clara a falta de boa vontade com a qual a retirada da Faixa de Gaza é descrita. A alegação de que a retirada de Israel foi uma medida positiva também ignora o fato de que Israel continua, de acordo com a definição legal, a exercer a ocupação militar da Faixa de Gaza, pois continua a exercer "controle efetivo" sobre ela. Isso inclui o controle total sobre as fronteiras terrestres, o espaço aéreo, a água territorial e o registro da população, além da vigilância extensiva e das incursões militares frequentes, às vezes apenas para arrasar terras agrícolas próximas à fronteira da Faixa de Gaza. A Faixa de Gaza também continua a usar a moeda israelense. Assim, o fluxo de mercadorias e os principais recursos que entram e saem da Faixa de Gaza permanecem sob o controle total de Israel, o que significa efetivamente que ela continua sob ocupação militar, mesmo que não haja soldados permanentemente estacionados dentro da Faixa de Gaza.

### *O cerco a Gaza*

Esse controle efetivo foi exercido mesmo antes do lançamento do cerco sufocante à Faixa de Gaza em 2007, que foi estabelecido sob a justificativa de que o Hamas havia assumido o controle político da Faixa de Gaza na época. O cerco foi descrito pelos políticos israelenses como "uma consulta com um nutricionista. Os palestinos ficarão muito mais magros, mas não morrerão".

Os telegramas publicados pelo WikiLeaks afirmam que "as autoridades israelenses confirmaram em várias ocasiões que pretendem manter a economia de Gaza à beira do colapso, sem levá-la ao limite". O bloqueio chegou a ser descrito como uma "crise humanitária cada vez mais profunda" pelo Conselho de Segurança da ONU (após uma rara abstenção dos EUA), que pediu o levantamento do bloqueio. O bloqueio afeta as importações e exportações de alimentos e a entrada de suprimentos médicos, materiais de construção e roupas, entre outros bens essenciais e não essenciais. Ele impede o fornecimento adequado de combustível, causando grave escassez de eletricidade de 10 horas por dia, e impede o conserto de estações de tratamento de água, fazendo com que 97% da água de Gaza não seja potável.

### *Agressões frequentes*

Há 14 anos, desde a imposição do bloqueio, Israel lançou vários ataques em grande escala contra essa pequena faixa de terra. Em 27 de dezembro de 2008, Israel lançou um ataque aéreo devastador e uma invasão terrestre, matando 1.417 palestinos e destruindo a infraestrutura vital, incluindo instalações médicas, escolas e prédios do governo. Dos US\$ 4,5 bilhões prometidos para a reconstrução de Gaza após o ataque, menos de um quarto desse valor foi desembolsado, e Israel continuou a bloquear a entrada de suprimentos vitais. Em novembro de 2012, Israel realizou outro ataque aéreo no qual matou 158 palestinos. Em julho de 2014, Israel lançou o ataque mais intenso desde a Segunda Intifada. Em 50 dias de ataque, novamente envolvendo ataques aéreos e uma invasão terrestre, 2.205 palestinos foram mortos e, mais uma vez, a infraestrutura vital foi destruída. Os ataques de Israel incluíram o ataque a escolas, abrigos, jornalistas, hospitais, casas e o uso de escudos humanos. Em 2018 e 2019, os palestinos em Gaza lançaram uma série de protestos apelidados de "a Grande Marcha do Retorno", exigindo o retorno dos refugiados palestinos às suas casas e o fim do cerco a Gaza. 266 palestinos foram mortos e dezenas de milhares foram feridos por soldados israelenses nesses protestos desarmados, incluindo equipes médicas. Foram confirmados relatos de soldados israelenses instruídos a "atirar para mutilar", sendo que 124 palestinos perderam seus membros e milhares de outros sofreram ferimentos que mudaram suas vidas devido ao fogo real de franco-atiradores israelenses. Mais recentemente, em maio de 2021, os ataques aéreos israelenses em Gaza mataram 256 palestinos. Eles também tiveram como alvo um prédio que abriga a mídia local e internacional, prédios residenciais, a estrada principal que leva ao hospital al-Shifa, o único laboratório com capacidade de teste de COVID-19 e uma clínica de MSF.

### *Jerusalém*

Embora a parte ocidental de Jerusalém esteja sob controle israelense desde 1948, a parte oriental ficou sob ocupação militar israelense após a guerra de 1967. Israel anunciou sua anexação quase imediatamente, em 28 de junho de 1967, apenas 18 dias após o fim da guerra.

Apesar da condenação internacional, Israel seguiu com essa política enquanto continuava a afirmar internacionalmente que a mudança não constituía anexação. Essa ambiguidade permitiu que Israel mantivesse o status de residência permanente para quase todos os palestinos residentes em Jerusalém sem conceder-lhes cidadania. Israel tem usado esse status para deportar discretamente milhares de palestinos da cidade ao longo dos anos, com base em uma política de revogação do status de residência em Jerusalém de qualquer pessoa que não prove que seu "centro de vida" está em Jerusalém. Uma política mais recente é usada pelas autoridades israelenses para revogar a residência por "quebra de fidelidade".

Os palestinos que mantêm sua residência em Jerusalém são discriminados e expulsos da cidade por diversos meios. Os palestinos pagam altas taxas de impostos sobre suas propriedades, enquanto os colonos judeus recebem uma isenção de cinco anos ao chegarem a Jerusalém e impostos reduzidos depois disso, para incentivá-los a se estabelecerem em Jerusalém. As leis de planejamento israelenses também são discriminatórias, zoneando apenas 13% de Jerusalém Oriental para construção e aprovando apenas 7% dos pedidos de planejamento palestinos. Como resultado, estima-se que de 30% a 50% das casas palestinas em Jerusalém são construídas sem licenças. As organizações de colonos conspiram com o município e o Ministério do Interior de Israel para a demolição de muitas casas, com centenas de casas palestinas demolidas em Jerusalém todos os anos, causando o deslocamento forçado de milhares de palestinos. Há até mesmo discriminação na emissão de ordens de demolição por violações; 78,4% das violações em Jerusalém

ocorrem na área de



Jerusalém Ocidental predominantemente judaica, mas apenas 27% delas estão sujeitas a ordens de demolição, em comparação com 84% das violações em Jerusalém Oriental.

Os residentes palestinos de Jerusalém também enfrentam a ameaça de organizações de colonos ocuparem suas casas. Os casos mais recentes e notáveis são os bairros de Sheikh Jarrah e Batn al-Hawa, em Silwan, em Jerusalém. As organizações de colonos entraram com processos nos tribunais israelenses reivindicando as casas de centenas de palestinos. Ambos os casos se baseiam em reivindicações falsas de propriedade de terras e muitos desses casos têm se baseado historicamente em documentos falsificados e forjados. Além disso, muitos dos residentes de Silwan e Sheikh Jarrah receberam as casas em que vivem hoje depois de terem sido expulsos à força pelas milícias sionistas de suas casas em Jerusalém Ocidental, o que significa que eles são refugiados aos quais foi negado o direito de voltar para suas casas.

Essas várias demonstrações de intimidação, desnivelamento, expulsão forçada e transferência da população palestina de Jerusalém devem ser consideradas no contexto da política israelense do "Plano Diretor Jerusalém 2020", que visa manter uma proporção de 70 para 30 entre judeus israelenses e palestinos na cidade de Jerusalém. Esse e outros planos expansionistas, bem como a clara discriminação nas políticas e sua aplicação contra os palestinos, deixam clara a intenção de Israel de judaizar Jerusalém, despovoando-a de seus residentes palestinos e mantendo a superioridade judaica na cidade. A seção Saúde e direitos humanos abordará outros determinantes da saúde e dos serviços de saúde para os palestinos em Jerusalém.

### Refugiados

Embora a resolução 194 da ONU deixe claro que os refugiados palestinos que fugiram de suas casas na Nakba têm o direito de retornar às casas de onde foram expulsos, esse direito não foi concretizado até hoje. Atualmente, há 5,7 milhões de refugiados registrados na UNRWA, dos quais cerca de 1,5 milhão vivem em 58 campos de refugiados na Palestina (somente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza), na Jordânia, na Síria e no Líbano.

A maioria dos refugiados é apátrida e não possui cidadania. Isso aumenta sua vulnerabilidade e os priva de direitos básicos. Até recentemente, os refugiados palestinos no Líbano, nos campos ou não, não tinham permissão para exercer determinadas profissões e, muitas vezes, são usados como peões políticos no complexo ecossistema político libanês. A situação na Síria e na Jordânia é relativamente melhor, mas os palestinos ainda têm seus direitos políticos negados em ambos os países e até mesmo pela Autoridade Palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

### Os Acordos de Oslo

A OLP e Israel assinaram os Acordos de Oslo em 1993 e 1995 (oficialmente a "Declaração de princípios sobre acordos de autogoverno provisório"). Esses acordos estabeleceram os termos para a autoadministração palestina limitada na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, em caráter provisório, até a assinatura de um acordo de status final, que deveria ocorrer até 1999, após as "Negociações de Status Permanente". Essas negociações deveriam abranger "Jerusalém, refugiados, assentamentos, acordos de segurança, fronteiras, relações e cooperação com outros vizinhos e outras questões de interesse comum", ou seja, todas as principais questões.



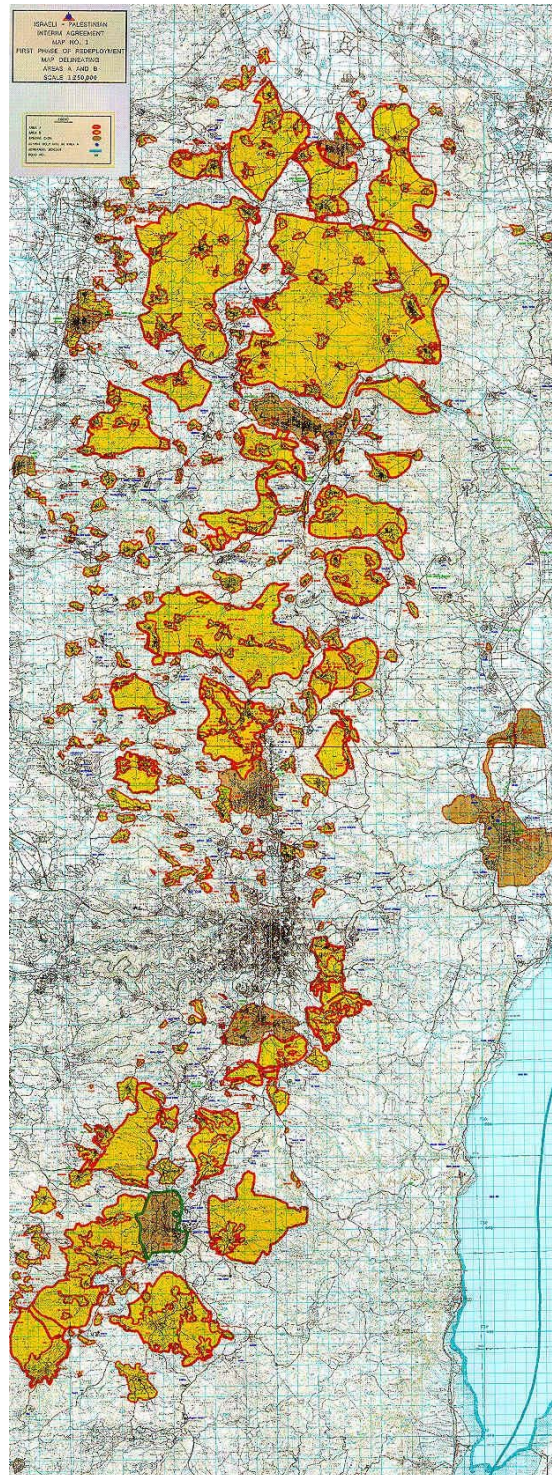


Figura 3: Um mapa da Cisjordânia conforme dividido pelos Acordos de Oslo; a Área A é sombreada em escuro, a Área B é sombreada em amarelo; a área restante em branco é a Área C.

Embora os proponentes dos Acordos de Oslo continuem a promovê-los como um passo no caminho para uma solução de dois Estados, eles não alcançaram nenhuma medida prática para essa solução, muito menos ajudaram os palestinos a se aproximarem da libertação. Embora os Acordos de Oslo tivessem a intenção de levar à retirada israelense das terras destinadas a um Estado palestino, isso foi extremamente limitado na prática. Os Acordos de Oslo estipularam que Israel controlaria completamente 74% da Cisjordânia e da Faixa de Gaza (Área C), que acabaria sendo reduzida para 60% (na prática, o

O nível mais baixo já alcançado foi de cerca de 70%). A Área C contém todos os assentamentos israelenses, bem como grande parte das terras que cercam as cidades e os vilarejos palestinos. A recém-criada Autoridade Palestina (AP) controlaria as cidades palestinas, que constituíam 18% (Área A), e administraria os assuntos civis somente nos 22% restantes (Área B), que continham vilarejos palestinos.

As áreas A e B são compostas por 165 unidades de terra sem contiguidade, enquanto a área C é um pedaço de terra contíguo (Figura 3). Os Acordos de Oslo não interromperam as políticas expansionistas de Israel. Em 1993, os palestinos eram mais numerosos do que os colonos israelenses na Área C; em 2013, os colonos israelenses eram mais numerosos do que os palestinos. Israel continuou a confiscar terras, expandir os assentamentos, controlar os recursos naturais, restringir o movimento e exercer soberania sobre as fronteiras, a economia e a segurança. Durante a segunda Intifada, a revolta palestina iniciada em 2000, Israel ocupou novamente todas as terras das quais se retirou durante a década de 1990.

Os Acordos de Oslo também prejudicaram a economia palestina. O acordo econômico anexo aos Acordos de Oslo, o Protocolo de Paris sobre Relações Econômicas, vincula a economia palestina à israelense. Isso ocorre por meio da imposição de regras alfandegárias e financeiras israelenses, inclusive forçando a economia palestina a usar a moeda israelense e um imposto sobre valor agregado que segue de perto o israelense. As autoridades israelenses também coletam receitas fiscais dos palestinos e as pagam à AP, sujeitas a uma taxa administrativa de 3%. Israel frequentemente retém essa receita tributária como forma de exercer pressão política. Um último exemplo para ilustrar as inadequações dos Acordos de Oslo é a coordenação de segurança entre as forças de segurança palestinas e israelenses exigida pelo acordo. Isso significa, na verdade, que as forças de segurança da AP impedem a resistência à ocupação israelense, marcam alvos para as forças israelenses e limpam as ruas quando seus colegas israelenses informam que estão realizando um ataque em uma área palestina.

Essa análise não é apenas retrospectiva; os Acordos de Oslo, que foram negociados em segredo, foram condenados por muitas figuras palestinas na época de sua assinatura. Um mês após a assinatura dos Acordos de Oslo na Casa Branca, Edward Said chamou-os de "um instrumento de rendição palestina, um Versalhes palestino" e citou uma opinião israelense comum de que eles eram "a segunda maior vitória na história do sionismo". Ele previu que "a OLP se tornará a executora de Israel, uma perspectiva infeliz para a maioria dos palestinos". Além disso, os Acordos de Oslo foram a última de uma série de tentativas de Israel de impor a autogestão palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Desde os primeiros dias da ocupação, em 1967, os líderes militares israelenses se reuniram com a elite palestina local que, segundo eles, poderia ser receptivos a trabalhar como administradores subservientes de Israel nas áreas palestinas. A próxima tentativa foi em 1978, após a assinatura dos Acordos de Camp David entre Israel e o Egito, quando Israel estabeleceu "Ligas de Aldeia" nas áreas rurais dos territórios palestinos ocupados. Essa liderança foi concebida para ser despolitizada e trabalhar com as autoridades coloniais israelenses, em vez de desafiá-las. As Village Leagues foram boicotadas pelos palestinos e abandonadas por Israel devido ao seu fracasso em 1984.

O estabelecimento de um governo autônomo limitado nos territórios palestinos ocupados teve como objetivo principal abortar a luta palestina. Todas as tentativas, inclusive os Acordos de Oslo, visavam à instalação de uma classe dominante palestina que estivesse disposta a existir apenas em relação e subserviência a Israel. Isso exigiria que essa elite governante aceitasse o colonialismo sionista como fato consumado, reduzindo seu trabalho à administração da vida cotidiana dos palestinos, como em infraestrutura e serviços

públicos. Isso levaria à fragmentação da luta palestina; a

A luta nos territórios palestinos ocupados seria reduzida a uma luta por serviços e condições econômicas, os cidadãos palestinos de Israel estariam envolvidos em uma luta pela igualdade como cidadãos, e os refugiados e a diáspora seriam essencialmente deixados de fora de toda a luta. Dessa forma, a questão da Palestina deixaria de ser sobre um povo, metade do qual estava no exílio, lutando pela libertação nacional e pelo retorno.

Os piores temores em relação ao processo dos Acordos de Oslo se concretizaram. A AP tornou-se, de fato, "a executora de Israel". Os ativistas palestinos libertados por Israel são frequentemente presos novamente pela AP ou vice-versa. A AP instalou um sistema autoritário de partido único, muitas vezes governado por decreto presidencial, com eleições frequentemente adiadas ou canceladas. Os manifestantes são brutalmente reprimidos, os dissidentes são presos ou assassinados e o judiciário não tem independência. A AP é, portanto, comparada à liderança do Bantustão na África do Sul do Apartheid ou ao papel do "funcionário nativo" nas colônias. O Fatah, o partido que controla a AP, também domina a OLP e impede sua democratização, o que suprime ainda mais a oposição organizada.

O fracasso dos Acordos de Oslo é resultado de seu conteúdo, bem como do processo de negociações. A OLP era uma organização beligerante relativamente pequena e fraca, cada vez mais marginalizada, especialmente durante a Primeira Intifada, na qual os organizadores de base ganharam influência. A OLP também não tinha competência técnica para realizar as negociações, participando delas sem representação legal em inglês, que seus negociadores não falavam. Os pesquisadores não conseguiram descobrir os métodos exatos pelos quais os diplomatas noruegueses facilitaram as negociações. No entanto, a análise desse período indica que a Noruega, como um país pequeno que tentava aumentar sua influência global, agiu de acordo com os interesses de Israel.

A Noruega, por sua vez, foi a primeira a adotar as premissas da Noruega, mantendo suas linhas vermelhas e minimizando as da OLP, temendo que qualquer outra medida levasse Israel a se retirar das negociações, o que acabaria com o papel da Noruega.

A facilitação da Noruega, portanto, reforçou, em vez de igualar, a disparidade de poder entre Israel e a OLP. A OLP, desesperada por relevância, acatou o pedido discretamente.

### Resistência palestina ao colonialismo

Apesar dessas tentativas das autoridades coloniais de suprimir a identidade e a presença palestinas, os palestinos têm exercido repetidamente seu direito de resistir ao colonialismo.

As seções anteriores descreveram como os palestinos resistiram ao Mandato Britânico e à ascensão do sionismo, além do crescimento e da militarização do movimento de libertação palestina nos campos de refugiados, especialmente na década de 1960. Esse movimento levou ao crescimento e ao estabelecimento de várias facções políticas palestinas e ao desenvolvimento significativo do pensamento político palestino. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi fundada em 1964 para representar todo o povo palestino em todo o mundo. Seus objetivos e os das facções nela representadas eram a libertação da Palestina. Ela acabou sendo reconhecida mundialmente como a única representante legítima do povo palestino, apesar das tentativas ocidentais e israelenses de enfraquecê-la e encorajar uma liderança palestina mais receptiva a aceitar o sionismo. Durante anos, ela cumpriu esse papel, especialmente porque Israel proibiu todas as atividades políticas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, inclusive a criação de partidos políticos e até mesmo a exibição de símbolos nacionais, como a bandeira palestina. A OLP, portanto, serviu como uma convocação para os palestinos em qualquer lugar. Com sua liderança e suas facções principalmente no exílio, suas operações, inclusive a resistência armada, limitavam-se

principalmente a confrontos entre fronteiras de países

vizinha da Palestina colonizada. Em nível diplomático, seu reconhecimento como o único representante legítimo do povo palestino foi uma conquista por si só, pois constituiu um reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino. O reconhecimento como uma luta anticolonial e a formação de alianças com outras lutas desse tipo e com Estados pós-coloniais possibilitaram vitórias diplomáticas globais, como a adoção da Resolução 3379 da ONU, declarando o sionismo como uma forma de racismo (posteriormente revogada em 1991 sob pressão dos EUA e com Israel estabelecendo a revogação como pré-condição para participar da Conferência de Paz de Madri).

Os palestinos nos territórios ocupados reconheceram a importância de subverter o domínio colonial, mas não conseguiram montar uma resistência armada durante os primeiros dias da ocupação israelense. Nas décadas de 1970 e 1980, eles criaram redes de voluntários e comitês populares para desafiar o domínio colonial. Esses comitês geralmente trabalhavam em nível de base, aproveitando sua força por estarem enraizados nas comunidades. Organizaram sistemas de apoio local para ajuda mútua e proteção dos vulneráveis em nível de bairro. Estabeleceram escolas alternativas em espaços comunitários, especialmente durante períodos prolongados de fechamento de escolas, o que confirmou a história e a identidade palestinas. Essas escolas também foram apoiadas por organizações mais amplas que defendiam objetivos sociais, como a promoção de direitos e oportunidades iguais para mulheres, crianças e jovens. Também foram criadas organizações de serviços e defesa para grupos vulneráveis, como pessoas com deficiências, prisioneiros e feridos. Os comitês agrícolas apoiavam os agricultores na proteção e no desenvolvimento de suas terras, enquanto os comitês de resistência coordenavam os esforços para desestabilizar a economia israelense, boicotando os produtos israelenses e apoiando os produtos locais. Mecanismos de coordenação desorganizaram a economia e as forças armadas israelenses por meio de greves gerais e protestos. Foram criados comitês de saúde com o objetivo expresso de subverter os serviços das autoridades coloniais e promover uma visão holística da saúde (consulte a seção Saúde e direitos humanos para obter mais detalhes).

As atividades e a influência dos comitês populares atingiram o auge na Primeira Intifada (revolta), que começou em 1987 em resposta à morte de quatro trabalhadores palestinos em Gaza por soldados israelenses que os atropelaram com um carro. Além da organização de base, a Primeira Intifada foi marcada por protestos e uma campanha de desobediência civil, como greves gerais generalizadas. Essas foram ferramentas poderosas para desestabilizar a economia israelense e suas ferramentas de autoridade sobre os palestinos, pois incluíam boicotes dos palestinos às instalações da administração israelense e a recusa em pagar impostos sob o slogan "no taxation without representation" (sem tributação sem representação). Em 1988, policiais e coletores de impostos palestinos pediram demissão em massa de seus cargos.

O Ministro da Defesa israelense na época, Yitzhak Rabin, liderou uma repressão brutal contra o levante. Mais de 1.000 palestinos foram mortos e dezenas de milhares ficaram feridos, com as forças israelenses usando balas reais, balas revestidas de borracha, gás lacrimogêneo e espancamentos. Rabin instigou a política dos "ossos quebrados", na qual os comandantes israelenses instruíam os soldados a quebrar os ossos dos manifestantes palestinos como forma de dissuasão. Muitos líderes de protestos foram deportados, violando as Convenções de Genebra. Israel demoliu centenas de casas, instalou toques de recolher 24 horas por dia, realizou prisões em massa e cortou a água e a eletricidade de áreas palestinas inteiras. Posteriormente, Rabin recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

Conforme mencionado acima, os Acordos de Oslo levaram a uma supressão significativa do movimento de libertação palestina. Entretanto, como não houve progresso significativo nos direitos e nas aspirações do povo palestino como resultado desses acordos, a calma que eles trouxeram não durou muito. Em 2000, eclodiu a Segunda Intifada, alimentada pelas contínuas transgressões israelenses e pelo fracasso do processo de paz em melhorar a vida dos palestinos. Houve mais resistência armada à ocupação israelense na Segunda Intifada em comparação com a Primeira Intifada, além de protestos. Após uma fragmentação significativa causada pelas políticas israelenses e da AP, a resistência popular foi muito menos eficaz durante a Segunda Intifada, dando muito mais destaque à resistência armada. Mais uma vez, Israel infligiu grave violência contra os palestinos, além da violência sistêmica da ocupação. Mais de 3.000 palestinos foram mortos, além de dezenas de milhares de feridos. As forças israelenses voltaram a invadir todas as cidades palestinas que haviam sido evacuadas na década de 1990, muitas vezes impondo toques de recolher rigorosos 24 horas por dia. A cidade de Nablus ficou sob toque de recolher por mais de 100 dias no verão de 2003, com apenas algumas horas de intervalo no toque de recolher a cada vários dias. Lojas e carros foram destruídos pelos tanques israelenses invasores, muitas vezes de forma indiscriminada, e centenas de casas palestinas foram demolidas.

A supressão da resistência palestina pela liderança nacional palestina e a convivência global com o imperialismo e o colonialismo deixaram um movimento de libertação palestina significativamente enfraquecido. Durante muito tempo, a mobilização palestina dependeu excessivamente da conquista de simpatia nos círculos globais, predominantemente ocidentais, adotando, portanto, um discurso que minimizava a exigência de libertação anteriormente inequívoca da luta palestina. Isso levou a uma maior proeminência do discurso individual baseado em direitos liberais e relegou as demandas políticas coletivas. A necessidade percebida de atrair o público ocidental também levou os palestinos a insistirem incessantemente em sua dependência exclusiva de protestos pacíficos, abrindo mão do direito à resistência armada. Apesar disso, houve alguns focos significativos de resistência não violenta contra a apropriação de terras pelos militares e colonos israelenses, como na vilarejos de Bil'in, Ni'lin e Nabi Saleh. Essas manifestações atraíram ativistas de solidariedade internacional e foram frequentemente elogiadas por sua natureza pacífica, apesar de dezenas de palestinos terem sofrido ferimentos significativos nas mãos dos militares israelenses, sem nenhuma proteção oferecida ou exigida. Outro avanço foi a convocação da sociedade civil palestina em 2005 para o boicote de produtos e serviços israelenses, o desinvestimento em empresas que se beneficiam da opressão israelense e as sanções contra instituições estatais israelenses. Esse apelo teve ampla repercussão e recebeu cada vez mais atenção, pois é cada vez mais reconhecido que O colonialismo dos colonos de Israel desenvolveu um regime de apartheid. Isso leva ativistas e comentaristas a traçar paralelos com o movimento de boicote ao Apartheid da África do Sul.

Isso é o que tornou 2021 notável, pois marcou uma inversão no discurso e nos parâmetros do debate sobre a luta palestina. Após décadas de diluição das demandas pela libertação e autodeterminação palestinas e um aumento do discurso neoliberal até mesmo na sociedade palestina, houve um retorno do discurso de libertação. Esse discurso reconhece a história compartilhada do povo palestino, que foi submetido ao colonialismo dos colonos e depois se fragmentou em lutas superficialmente diferentes, mas, na realidade, profundamente ligadas. Isso foi acompanhado por um reconhecimento renovado do papel indispensável da resistência na luta palestina e da interconexão da luta palestina com outras lutas contra o colonialismo e o imperialismo. Globalmente, as alianças foram

revitalizadas entre a luta palestina e outras lutas pela libertação



e contra o colonialismo e o imperialismo, como o movimento pela libertação dos negros, os ativistas colombianos que se levantam contra o regime autoritário e o militarismo e os ativistas pela justiça climática.

## Linha do tempo dos principais eventos

<b>1897</b>	Primeiro Congresso Sionista, Basileia - o início do movimento sionista político que levou ao estabelecimento de um estado sionista na Palestina
<b>1914</b>	Início da Primeira Guerra Mundial, durante a qual os britânicos derrotariam o Império Otomano e começariam a governar a Palestina, o "Mandato Britânico da Palestina"
<b>1915</b>	Os acordos anglo-árabes, nos quais os britânicos prometeram a independência árabe em troca de uma revolta árabe contra os otomanos
<b>1917</b>	A Declaração de Balfour, prometendo ao movimento sionista "o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu"
<b>1917</b>	O Acordo Sykes-Picot, que determinou o controle e a influência dos britânicos e franceses sobre a Palestina e áreas adjacentes
<b>1919</b>	O Primeiro Congresso Árabe Palestino, que reivindica a independência árabe e rejeita o sionismo
<b>1929</b>	A Revolta de Buraq, com árabes palestinos se revoltando contra o domínio britânico devido ao seu apoio ao movimento sionista
<b>1936</b>	A Grande Revolta Palestina, que exigia a independência árabe e o fim da Imigração sionista
<b>1947</b>	Os britânicos anunciam seus planos de se retirarem da Palestina e entregarem o território. administração para as Nações Unidas
<b>1947</b>	A adoção da Resolução 181 da ONU, recomendando a divisão da Palestina em um Estado árabe e um Estado judeu
<b>1948</b>	A Nakba, "a Catástrofe", a limpeza étnica de 800.000 palestinos pelas milícias sionistas e o estabelecimento do Estado de Israel
<b>1948</b>	Os cidadãos palestinos de Israel são colocados sob lei marcial, consolidando sua desapropriação
<b>1964</b>	O estabelecimento da Organização para a Libertação da Palestina
<b>1967</b>	O Naksa, "o retrocesso", que levou à ocupação do restante da Palestina, das Colinas de Golã na Síria e da Península do Sinai no Egito, e ao início da construção de assentamentos em todas essas áreas
<b>1967</b>	A anexação de Jerusalém Oriental
<b>1975</b>	A adoção da Resolução 3379 da ONU, que declara o sionismo como uma forma de racismo
<b>1981</b>	A anexação das Colinas de Golã
<b>1987</b>	Surge a Primeira Intifada
<b>1993</b>	A assinatura dos Acordos de Oslo e a introdução da Autoridade Palestina, responsável pela autoadministração nos territórios palestinos ocupados
<b>2000</b>	Surge a Segunda Intifada
<b>2005</b>	Retirada israelense da Faixa de Gaza
<b>2007</b>	O início do cerco israelense à Faixa de Gaza
<b>2008</b>	Um grande ataque aéreo e terrestre a Gaza
<b>2012</b>	Um grande ataque aéreo a Gaza
<b>2014</b>	Um grande ataque aéreo e terrestre a Gaza
<b>2018</b>	A Grande Marcha do Retorno protesta em Gaza
<b>2021</b>	Surge a Intifada da Unidade

## Principais resoluções da ONU

Agência da ONU	Resolução	Ano	Decisão
AGNU*	<b>181</b>	1947	Recomendar a divisão da Palestina em um Estado palestino árabe e um Estado palestino judeu
AGNU	<b>194</b>	1948	Afirmar o direito dos refugiados palestinos de voltarem para suas casas
UNSC*	<b>242</b>	1967	Solicitando a retirada israelense para os territórios anteriores a 1967
AGNU	<b>2253</b>	1967	Declarar inválidas as mudanças de Israel no status de Jerusalém
AGNU	<b>2546</b>	1969	Condenação das violações dos direitos humanos de Israel nos territórios ocupados
AGNU	<b>2792</b>	1971	Salienta os direitos inalienáveis dos refugiados palestinos e condena as medidas israelenses contra eles
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU	<b>338</b>	1973	Solicitando um cessar-fogo na Guerra de Outubro e negociações para uma "paz duradoura e justa no Oriente Médio"
AGNU	<b>3236</b>	1974	Reconhecer a OLP como a única representante legítima do povo palestino e o direito dos palestinos à autodeterminação, à nacionalidade e à paz. independência e soberania
AGNU	<b>3246</b>	1974	Afirmar a legitimidade da resistência armada das pessoas oprimidas
AGNU	<b>3379</b>	1975	Declarar o sionismo como uma forma de racismo
AGNU	<b>33/71</b>	1978	Solicitando um embargo de armas contra Israel e expressando preocupação com a aquisição de armas por Israel armas nucleares
AGNU	<b>33/183-D</b>	1979	Exige que Israel encerre toda a sua colaboração com a África do Sul do Apartheid
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU	<b>478</b>	1980	Condena a anexação de Jerusalém por Israel
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU	<b>497</b>	1981	Condena a anexação das Colinas de Golã por Israel
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU	<b>498</b>	1981	Solicita que Israel se retire do Líbano

UNGA = Assembleia Geral das Nações Unidas. UNSC = Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Isso se soma a um grande número de resoluções da ONU, tanto da Assembleia Geral quanto do Conselho de Segurança, que condenam várias violações cometidas por Israel ao longo dos anos. Entre elas estão a construção de assentamentos, assassinatos e

bombardeios contra alvos palestinos e árabes em vários países, a deportação de centenas de palestinos, incluindo figuras proeminentes, e o repetido descumprimento de resoluções anteriores.

## Saúde e direitos humanos

### Violência sistêmica

A seção Antecedentes Históricos deste relatório descreve um sistema político que inflige violência sistêmica de um regime colonial de colonos sobre os palestinos. Essa violência inevitavelmente se estende à saúde, seja considerando os determinantes sociais da saúde ou as políticas que prejudicam, negligenciam e até atacam os serviços de saúde dos palestinos.

### Cidadãos palestinos de Israel

Conforme descrito na seção Antecedentes históricos, várias das leis de fundação de Israel discriminam os palestinos que conseguiram permanecer dentro das fronteiras de Israel em 1948 durante a Nakba. Isso inclui leis básicas que abrangem a cidadania e a propriedade da terra, bem como a imposição da lei marcial entre 1948 e 1966 aos palestinos em Israel.

Várias outras leis limitam o exercício dos direitos políticos, econômicos e sociais dos cidadãos palestinos de Israel. Por exemplo, a Lei Básica do Knesset (1958), por meio de uma emenda em 1985, proíbe candidatos que neguem a legitimidade da natureza judaica do Estado de Israel, uma posição que é mais provável de ser tomada por um cidadão palestino. A "Lei Nakba" (2011) dá ao governo israelense a autoridade para reduzir o financiamento estatal a instituições que comemoram a Nakba (ou o "Dia da Independência" de Israel) como um dia de luto. Essas leis restringem severamente a representação política e a liberdade de expressão de muitos palestinos.

A "Lei Nacional de Planejamento e Construção" (Limitação de Água, Eletricidade e Telefone) (1965) proíbe que as empresas de serviços públicos nacionais forneçam serviços a áreas para as quais as autoridades locais não tenham emitido alvarás de construção. As políticas de Israel para expulsar os palestinos de determinadas áreas, como o Naqab, levam a vilarejos não reconhecidos que nunca conseguem obter licenças ou reconhecimento oficial, apesar de muitos existirem desde antes do estabelecimento de Israel, o que significa que muitos não têm serviços básicos, como água e eletricidade. A "Proibição de Unificação Familiar" (Lei de Cidadania e Entrada em Israel) (Ordem Temporária) proíbe a unificação de famílias compostas por um cônjuge dos Territórios Palestinos Ocupados (Cisjordânia e Faixa de Gaza) e um cônjuge que seja cidadão israelense, uma situação que é quase exclusiva dos palestinos. Portanto, as leis israelenses limitam até mesmo a capacidade dos palestinos de levar uma vida familiar normal.

Padrões semelhantes de discriminação são impostos na educação. Os benefícios educacionais são oferecidos aos soldados dispensados por meio da emenda Benefícios para Soldados Dispensados à "Lei de Absorção de Soldados Dispensados" (2008). Esses benefícios incluem mensalidade integral para o primeiro ano de educação acadêmica, um ano de educação acadêmica preparatória gratuita e benefícios de moradia estudantil, entre outros benefícios, para soldados que servem em "áreas prioritárias". Os cidadãos árabes palestinos estão isentos de servir no exército, enquanto o alistamento é obrigatório para os cidadãos judeus. A educação nas áreas palestinas tem poucos recursos, especialmente nas áreas beduínas, que não têm nenhuma escola de ensino médio. Em geral, o financiamento estatal para estudantes judeus é cerca de três vezes maior do que para estudantes palestinos, o que resulta em menos instalações, turmas maiores e infraestrutura precária.

A negligência deliberada se estende aos serviços de saúde. Um terço dos pacientes

palestinos relata a impossibilidade de comprar medicamentos. Para as comunidades palestinas, a distância média até uma unidade de saúde é de 22 quilômetros, em comparação com 14 quilômetros para as comunidades judaicas. Até mesmo

Quando as instalações de saúde estão disponíveis, elas enfrentam uma escassez significativa de pessoal e equipamentos. Tudo isso leva a resultados de saúde muito piores entre os cidadãos palestinos de Israel em comparação com os cidadãos judeus. Os muçulmanos em Israel, que constituem a grande maioria dos cidadãos palestinos de Israel, têm uma taxa de mortalidade infantil de 7,5 por mil nascimentos, em comparação com 2,7 entre os judeus. A expectativa de vida dos cidadãos palestinos é de 79 anos, em comparação com 82,7 anos dos cidadãos judeus. Além disso, a diferença nos resultados de saúde tem aumentado.

### Os Territórios Palestinos Ocupados

As severas restrições impostas pela ocupação militar de Israel têm ramificações claras na vida dos palestinos. A perda de terras e as restrições à liberdade de movimento, bem como as políticas econômicas exploradoras, limitam severamente o desenvolvimento econômico palestino. Cerca de 15% dos palestinos na Cisjordânia e 46% na Faixa de Gaza estão desempregados. 14% na Cisjordânia e 53% na Faixa de Gaza vivem na pobreza. A infraestrutura básica precária, incluindo a distribuição desigual de água, as quedas de energia e a fragmentação das terras palestinas em bantustões mal conectados, também impõem um custo econômico severo aos palestinos e têm ramificações no fornecimento de serviços básicos, como saneamento, saúde e educação. Além disso, Israel não aplica nem monitora rigorosamente as regulamentações ambientais nos assentamentos da Cisjordânia, de onde a poluição industrial, os resíduos sólidos e as águas residuais fluem para as áreas palestinas e causam danos significativos à saúde. 97% da água de Gaza não é potável e quase um quarto da população de Gaza vive em residências que não estão conectadas à rede de esgoto. A crescente invasão dos militares israelenses e dos colonos em terras agrícolas palestinas e outras políticas que levam à destruição de terras e de água em Gaza são fatores que afetam a saúde.

O desenvolvimento do setor agrícola aumenta a dependência dos palestinos em relação aos produtos israelenses e ameaça a segurança alimentar dos palestinos. O cerco a Gaza, em vigor desde 2007, agrava toda essa violência. Um relatório das Nações Unidas alertou que Gaza pode se tornar inabitável até 2020. O Relator Especial sobre direitos humanos nos Territórios Palestinos relatou em 2018 que "o estado de impossibilidade de viver está sobre nós".

Também é óbvio observar o desenvolvimento deficiente do setor de saúde, que foi negligenciado e desestruturado por Israel. O sistema de saúde da Autoridade Palestina é tão mal equipado que 56% do orçamento do Ministério da Saúde entre 2013 e 2018 foi gasto em encaminhamentos externos para a Jordânia, Egito e Israel (18,6%) e para o setor privado palestino (37,4%). Além disso, os militares israelenses recusam 40% dos pedidos de autorização médica da Faixa de Gaza e 18% da Cisjordânia. Os pacientes que solicitam licenças são particularmente vulneráveis, sendo que mais de 10% morrem nos seis meses seguintes à solicitação. Os pacientes que tiveram suas autorizações negadas têm 1,5 vez mais chances de morrer nos anos seguintes à recusa do pedido em comparação com aqueles que tiveram seus pedidos de autorização aprovados. Além disso, as autorizações para acompanhantes são negadas a 1 em cada 5 solicitantes, o que significa que os pacientes (incluindo crianças e outros pacientes vulneráveis) geralmente acessam o tratamento sozinhos. Israel também impõe barreiras de acesso na Cisjordânia, especialmente para os palestinos da Área C. As comunidades palestinas são frequentemente impedidas de ter acesso a serviços de saúde, por exemplo, quando os militares israelenses bloqueiam a entrada de equipes de clínicas de saúde móveis na área-alvo. Israel impede a entrada de medicamentos, equipamentos médicos e combustível em Gaza, o que leva a frequentes rupturas de estoque e quedas de energia.

Infelizmente, e sem surpresas, essas políticas causam um grave impacto na saúde dos palestinos. Na Área C, 16% das crianças palestinas com menos de cinco anos são raquíticas, assim como 23% das crianças em áreas beduínas e 19% das crianças que sofreram deslocamento forçado. A taxa de retardo no crescimento de todas as crianças na oPt é de 10%. O atraso no crescimento é um marcador particularmente importante, pois está ligado a danos à saúde física, cognitivos e econômicos ao longo da vida. A expectativa de vida nos territórios palestinos ocupados é de 74 anos, em comparação com 83 anos no restante da Palestina colonizada, e essa diferença está aumentando. A taxa de mortalidade materna nos territórios palestinos ocupados é de 27, comparada a 3 em Israel. Padrões semelhantes são reproduzidos independentemente dos indicadores de saúde considerados. O relatório abrangente da Medical Aid for Palestinians (Ajuda Médica para Palestinos), cujo link está abaixo, fornece uma pesquisa aprofundada sobre muitos dos determinantes e resultados de saúde na OPT.

### Jerusalém Oriental

A seção Antecedentes históricos explicou as estruturas legais que discriminam os palestinos em Jerusalém Oriental. Sua condição de residentes permanentes de Israel e não de cidadãos, e as leis associadas a essa condição, frequentemente levam à transferência forçada.

As leis de planejamento e sua aplicação injusta levam a demolições de casas e outras formas de expulsão e insegurança habitacional.

Os residentes palestinos de Jerusalém também são discriminados econômica, política, social e culturalmente. Como são residentes permanentes, e não cidadãos, os palestinos de Jerusalém não têm representação política no parlamento israelense. O desdesenvolvimento econômico da economia palestina em Jerusalém é ainda pior do que no restante da Cisjordânia, levando a desigualdades gritantes na cidade; 77% das famílias palestinas em Jerusalém vivem abaixo da linha da pobreza, em comparação com 25% das famílias judias israelenses. As famílias palestinas recebem serviços municipais desproporcionalmente baixos, inclusive infraestrutura essencial, como coleta de lixo, água e eletricidade. Até mesmo o cenário cultural palestino enfrenta uma repressão significativa; recentemente, os diretores dos três principais centros culturais palestinos em Jerusalém foram detidos e levados para interrogatório, enquanto os centros que dirigem foram saqueados e tiveram documentos e equipamentos confiscados. Os efeitos da barreira de separação são particularmente graves para os palestinos em Jerusalém; o muro isolou da cidade cerca de 90.000 palestinos que vivem nos arredores de Jerusalém. Isso inclui os palestinos que vivem em áreas densas, como Kufr Aqab e o campo de refugiados de Shuafat, para os quais nem a AP nem Israel estendem infraestrutura e serviços básicos.

O padrão de discriminação e violência sistêmica é, mais uma vez, reproduzido na área da saúde serviços, com grave negligência em relação à saúde dos palestinos. Há 1,8 clínicas públicas materno-infantis por 100.000 habitantes nas áreas palestinas de Jerusalém, em comparação com 4,4 por 100.000 nas áreas judaicas da cidade. Ataques à saúde também são vistos em Jerusalém. Somente em 2021, soldados israelenses invadiram o Hospital Al-Maqassed e impediram o acesso de ambulâncias do Crescente Vermelho ao complexo da Mesquita de Al-Aqsa para tratar manifestantes feridos.

### Refugiados

5,7 milhões de refugiados estão registrados na UNRWA, de um total estimado de 7,9 milhões de refugiados. Cerca de 2,3 milhões de refugiados vivem na Cisjordânia e na Faixa



de Gaza, o que os expõe à mesma violência e discriminação sistêmicas impostas a outros palestinos no local. Além disso, o fato de que, 74 anos após a criação dos campos de refugiados, os refugiados ainda não obtiveram o direito de retorno significa que aqueles que vivem em campos de refugiados vivem em

ambientes que nunca foram planejados ou esperados para durar tanto tempo. A densidade populacional nos campos de refugiados é, portanto, extremamente alta e a infraestrutura básica, como estradas, eletricidade, água e sistemas de esgoto, é inadequada, pois não foi projetada para durar tanto tempo ou atender a tantas pessoas como atualmente.

Os refugiados também enfrentam discriminação legal onde quer que estejam. Na oPt, os refugiados têm menos direitos políticos do que os palestinos não refugiados. No Líbano, há leis que restringem o trabalho e a educação que os palestinos podem exercer. Essas leis só foram flexibilizadas em 2021 para permitir que os refugiados palestinos trabalhassem em setores como saúde e engenharia, mas alguns limites permanecem. Os refugiados palestinos foram afetados de forma desproporcional pela guerra na Síria nos últimos 10 anos, com mais de 100.000 deslocados externamente, principalmente para a Jordânia ou o Líbano, e cerca de 280.000 deslocados internamente. O impacto desproporcional da guerra sobre os refugiados forçou 90% dos refugiados na Síria a viverem na pobreza e 40% a estarem em deslocamento prolongado.

### Escaladas de violência

Além dos danos diários infligidos pela violência sistêmica do regime colonial de colonos de Israel, há também frequentes e graves escaladas de violência. As principais escaladas foram descritas na seção Antecedentes históricos; além das grandes guerras antes de 1980, essas foram a Primeira Intifada de 1987, a Segunda Intifada de 2000, os protestos da Grande Marcha do Retorno em 2018 e os ataques a Gaza em 2008/9, 2012, 2014 e 2021. As forças israelenses mataram pelo menos 4.300 palestinos em Gaza durante as escaladas de violência desde 2008, e pelo menos 4.000 palestinos durante as Intifadas de 1987 e 2000. Também há frequentes escaladas de violência em áreas localizadas, cujos exemplos mais notáveis são Jerusalém, Naqab, Beita, Ni'lin, Bil'in e Nabi Saleh. As forças israelenses mataram a tiros pelo menos 10 palestinos de Beita desde o início dos protestos em maio de 2021, e as forças israelenses e os colonos feriram pelo menos 1.500 pessoas em Jerusalém durante os protestos de abril a junho de 2021.

Por meio dessa violência intensa, além da violência sistêmica, Israel prejudicou centenas de milhares de palestinos. Em 2012, estimava-se que, desde 1967, 40% dos palestinos do sexo masculino e 20% dos palestinos do sexo feminino haviam sido presos em algum momento por Israel. As mortes, lesões e deficiências causadas por essa violência são imensuráveis, mas alguns indicadores ilustram alguns de seus impactos. Apesar de uma população jovem em geral, 2,1% da população palestina na oPt tem deficiências, sendo que cerca de um quinto são crianças. 32% das crianças com deficiência são analfabetas e apenas metade das crianças com deficiência está matriculada na educação. 54% dos meninos palestinos e 47% das meninas palestinas (6 a 12 anos de idade) têm distúrbios emocionais e/ou comportamentais. Mais da metade das crianças de Gaza sofre de transtorno de estresse pós-traumático, embora os acadêmicos e ativistas palestinos frequentemente contestem essa avaliação, considerando que o trauma é contínuo.

### Ataques a serviços de saúde

As forças israelenses frequentemente desrespeitam as convenções e leis internacionais ao atacar os serviços e o pessoal de saúde na Palestina. Em 2018, a OMS registrou 369 ataques à saúde somente na Faixa de Gaza e 63 ataques à saúde na Cisjordânia. Israel matou três profissionais de saúde e feriu mais de 500 durante os protestos da Grande Marcha do Retorno em Gaza. Um inquérito encomendado pela ONU concluiu que há motivos razoáveis para suspeitar que esses ataques aos profissionais de saúde foram intencionais. Durante cada um dos ataques aéreos à Faixa de Gaza, os serviços de saúde foram alvos. Durante o

último ataque, Israel destruiu o

Israel atacou a estrada que leva ao hospital principal, matou dois dos médicos mais eminentes de Gaza, destruiu o único laboratório de testes de COVID-19 e bombardeou uma clínica de MSF. Apesar de constituir violações flagrantes de inúmeras normas morais e legais, Israel não foi responsabilizado por nenhum desses ataques.

### A saúde como uma ferramenta de resistência

A saúde tem sido usada como uma ferramenta de resistência para apoiar a resistência nacional que os palestinos empreenderam ao longo dos anos. Isso ocorreu principalmente durante o auge da revolução palestina nas décadas de 1970 e 1980. Os palestinos compartilhavam o entendimento de que as ferramentas e as autoridades coloniais, inclusive os serviços de saúde fornecidos por Israel, na melhor das hipóteses, negligenciariam a saúde e o bem-estar dos palestinos ou, na pior, serviriam para consolidar a subjugação dos palestinos. A resistência palestina nas décadas de 1970 e 1980, portanto, concentrou-se em minar as autoridades coloniais e construir um aparato de governança alternativo. Uma rede descentralizada de movimentos de base foi formada para tratar de diferentes aspectos da opressão de Israel sobre os palestinos. Isso começou com um movimento voluntário que apoiava os marginalizados, vulneráveis e pobres, por exemplo, com ajuda alimentar e conserto de infraestruturas quebradas. Isso se desenvolveu em comitês mais profissionalizados. Os exemplos mais notáveis são os comitês de agricultura e saúde.

Quatro comitês de saúde foram criados entre 1979 e 1989. Eles tinham como objetivo abordar a negligência e a violência sistêmica dos sistemas coloniais de Israel e desafiar o paradigma tradicional de serviços paternalistas e excessivamente medicalizados concentrados nos centros urbanos. Eles promoviam uma visão holística da saúde que levava em consideração os contextos político, econômico e social dos pacientes e, portanto, concentravam-se especialmente na prestação de serviços de saúde pública e de atendimento primário de saúde às comunidades marginalizadas. Todos os comitês de saúde, com exceção de um, promoveram o voluntariado como a principal fonte de recursos humanos, com o objetivo de mobilizar politicamente a base de voluntários. Esse movimento estava ligado a

lutas semelhantes em todo o mundo. O International People's Health Council (Conselho Internacional de Saúde Popular), uma das organizações fundadoras do PHM, foi cofundado por um dos comitês de saúde. Shatha Odeh, membro do Conselho de Direção Global do PHM, presa por Israel desde julho de 2021, é diretora de outro dos comitês de saúde.

Israel passou a proibir essas formas de ativismo. Em 1988, Israel baniu todos os comitês populares por "minar o aparato governamental israelense e estabelecer um sistema de controle de violência".

O objetivo explícito da maioria dos ativistas envolvidos era "colocar um aparato alternativo em seu lugar". Os voluntários e a equipe enfrentaram uma repressão às suas atividades, com frequentes prisões e deportações de funcionários e ataques aos seus serviços e instalações. Houve um aumento recente na criminalização do ativismo da sociedade civil palestina, que será discutido na próxima seção, que aborda a repressão ao Health Work Committee.

## O Comitê de Trabalho de Saúde e Shatha Odeh

### O Comitê de Trabalho de Saúde

O Health Work Committee (HWC) foi criado em 1985, mais ou menos na mesma época que várias outras associações de base de profissionais de saúde palestinos que buscavam enquadrar a saúde como uma ferramenta emancipatória para o povo palestino. O objetivo inicial dessas organizações era criar um sistema de saúde palestino independente como alternativa à negligência crônica das autoridades coloniais israelenses e ao subinvestimento no sistema de saúde dos palestinos. Elas se posicionaram como parte de uma estratégia mais ampla de libertação nacional, rejeitando tanto as autoridades coloniais quanto o estabelecimento tradicional de saúde, que, segundo elas, contribuía para o modelo neoliberal de saúde. Eles traduziram esse entendimento em um foco na priorização da atenção primária, da medicina preventiva e dos serviços de promoção da saúde, que foram descentralizados para atingir as comunidades mais carentes. Houve um foco especial na extensão dos serviços às populações marginalizadas, como pessoas com deficiências, pessoas com problemas de saúde mental, mulheres e crianças, envolvendo as partes interessadas no planejamento desses serviços.

O entendimento intelectual e político fundamental que levou à criação da HWC continua sendo importante para seu trabalho atual. Por exemplo, a HWC oferece serviços médicos por meio de clínicas móveis na área de H2 em Hebron e em Masafer Yatta, duas áreas gravemente negligenciadas que são marginalizadas política, econômica e socialmente. Em Beit Sahour, o Clube dos Idosos foi criado para oferecer serviços médicos e sociais com o envolvimento direto da comunidade local, o que promoveu um senso de propriedade por parte dos usuários do serviço. Os serviços de saúde reprodutiva são fundamentados em uma abordagem baseada em direitos que garante que os usuários do serviço sejam capacitados com uma compreensão do contexto social, político e jurídico dos serviços prestados.

Essas atividades são sustentadas pela visão da HWC de "Uma sociedade palestina livre desfrutando de seus direitos de saúde e desenvolvimento com base na equidade e na justiça (justiça social)". Suas atividades incluem o fornecimento de serviços de saúde essenciais em áreas negligenciadas, como clínicas de medicina geral com foco em um programa de diabetes, um programa de saúde da mulher, um programa de bem-estar do bebê e serviços de laboratório médico. Também oferece serviços sociais mais amplos para atender às necessidades das comunidades que atende, incluindo serviços de reabilitação, projetos de desenvolvimento de jovens, um berçário e um centro comunitário. O HWC, portanto, garante que atenderá às necessidades médicas urgentes das comunidades marginalizadas e, ao mesmo tempo, criará um movimento para melhorar a saúde e o bem-estar dessas comunidades de forma holística.

A HWC enfrentou uma repressão crescente em suas atividades nos últimos dois anos. Em retrospecto, a repressão às atividades da HWC pode ser vista como o início de uma repressão mais ampla à sociedade civil palestina.

### Linha do tempo das violações contra o Comitê de Trabalho de Saúde

2019: forças israelenses agrediram e [prenderam](#) o diretor financeiro e administrativo Walid Hanatsheh - soldados israelenses arrombaram a porta de sua casa, vandalizaram sua casa, agrediram-no e o prenderam sob a acusação de participar de operações militares e financiar uma organização proibida

2019, 2020 e duas vezes em 2021: soldados israelenses invadiram a sede da HWC, vandalizando o escritório e confiscando materiais, discos rígidos e documentos em cada uma dessas ocasiões

Janeiro de 2020: As autoridades de ocupação israelenses designaram o HWC como uma "organização ilegal", sem tornar essa informação pública ou mesmo compartilhá-la com o HWC

Março de 2021: O contador da HWC, Tayseer Abu Sharbak, foi preso, sob a acusação de participar de uma organização ilegal

Abril de 2021: Juana Ruiz Sánchez, coordenadora do projeto HWC, foi presa

Junho de 2021: As forças israelenses fecham os escritórios da HWC com um aviso fixado na porta anunciando seu fechamento por "razões de segurança"

Julho de 2021: Shatha Odeh, diretora geral da HWC, foi presa

Outubro de 2021: Mais seis organizações da sociedade civil palestina foram banidas. Descobriu-se que isso estava ligado à supressão do HWC

Fevereiro de 2022: Juana Ruiz Sánchez foi libertada

Mai de 2022: Shatha Odeh é condenada por um tribunal militar israelense a 16 meses de prisão, uma multa de 30.000 NIS (~US\$ 9.000) e uma sentença suspensa de 5 anos, sob a condição de não prestar serviços de saúde.

### A prisão de Shatha Odeh

Em 7 de julho de 2021, 15 a 20 soldados israelenses invadiram a casa da diretora geral da HWC, Shatha Odeh, às 2h da manhã. Inicialmente, eles questionaram sua família sobre seu paradeiro, alegando que queriam falar com ela em relação a um acidente de carro envolvendo um carro pertencente à HWC. Depois de identificá-la, os soldados israelenses alegaram que chamariam um membro de sua família para buscá-la na manhã seguinte e fingiram ser solidários ao fato de ela ser uma mulher idosa e que "cuidariam dela". Nenhum mandado foi emitido e ela não foi chamada para interrogatório antes de as forças israelenses invadirem sua casa. Durante os primeiros 19 dias de sua prisão, ela foi mantida sem acusação. Em 26 de julho, cinco acusações foram registradas contra Shatha:

1. Ocupar um cargo em uma organização ilegal;
2. Estar presente em um evento público ilegal em 15 de maio de 2019 (um serviço memorial público do político palestino Ribhi Mhanna, que contou com a presença de muitas figuras públicas palestinas);
3. Ser responsável pela transferência de fundos ilegítimos para a Cisjordânia;
4. Obtenção de fundos por meios fraudulentos;
5. Falsificação de documentos.

Essas alegações também foram usadas em um relatório preparado pela inteligência israelense para suprimir o trabalho da HWC. O relatório alegava que o trabalho do HWC constituía prestação de serviços à PFLP. Exemplos desse trabalho incluíam o fornecimento de treinamento e educação para mulheres e jovens sobre condições sociais e econômicas relacionadas à saúde, sob o pretexto de que alguns dos beneficiários desses serviços eram membros da PFLP. Tais acusações resultaram na

designação da HWC como uma organização ilegal em janeiro de 2020, embora essa decisão tenha sido mantida em segredo e só tenha sido descoberta incidentalmente durante o interrogatório da coordenadora de projetos da HWC, Juana Ruiz Sánchez, na primavera de 2021. O relatório que detalhava essas acusações foi enviado a autoridades da UE, alegando que o financiamento dos governos da UE ao HWC estava sendo canalizado para organizações terroristas e resultou na retirada e interrupção do financiamento de vários doadores. Grande parte desse relatório baseou-se nos testemunhos e no interrogatório de dois ex-contadores do HWC, Said Abdat e Amro Hamuda, que foram demitidos pelo HWC por suspeita de má prática financeira. Seus depoimentos não são comprovados por nenhuma evidência, foram editados seletivamente e suspeita-se que tenham sido obtidos sob coação e possível tortura e maus-tratos<sup>3</sup>. Os depoimentos de Abdat e Hamuda também foram extrapolados com base em alegações de "conhecimento comum" para designar mais seis ONGs palestinas como organizações terroristas em outubro de 2021<sup>4</sup>.

Shatha foi condenada em 12 de maio de 2022 pelo tribunal militar de Ofer a uma pena de prisão de 16 meses, uma multa de 30.000 NIS (~US\$ 9.000) e uma pena suspensa de 5 anos, com a condição de não prestar nenhum serviço de saúde depois de ser libertada. Isso aponta claramente para as tentativas de Israel de criminalizar a prestação dos tão necessários serviços de saúde equitativos, que se baseiam em uma crença na justiça e na centralização das comunidades. A sentença foi proferida depois que Shatha passou 10 meses na prisão de Damon, onde foi submetida a várias audiências no tribunal militar. As primeiras sete audiências foram adiadas por vários motivos evitáveis, como o fato de a promotora não ter entregue os arquivos da investigação à equipe de defesa (pelo menos quatro meses depois de receber a ordem de fazê-lo) e atrasos iniciais na apresentação das acusações. Os procedimentos do tribunal são realizados em hebraico, sem tradução adequada para o árabe para o Shatha, apesar de o árabe ter "um status especial no Estado". Nem mesmo as acusações foram adequadamente traduzidas quando inicialmente apresentadas a ela. Além disso, a pandemia de COVID-19 tem sido usada para justificar maus-tratos, como a proibição de visitas de familiares a prisioneiros palestinos e audiências em tribunais em que o detento só pode participar por videoconferência.

Um dos principais caminhos para a defesa de direitos recentemente dentro do círculo temático de guerras e conflitos do PHM foi o caso de Shatha Odeh. O envolvimento do PHM no caso de Shatha permitiu que ele repercutisse além das redes habituais de organizadores da sociedade civil palestina. O PHM e suas redes ampliaram o alcance da campanha para libertar Shatha para sindicatos de saúde, organizações de defesa, grupos ativistas e organizações internacionais. A petição teve um amplo alcance, com organizações e signatários individuais de todo o mundo, e o envolvimento com a Viva Salud facilitou um briefing para funcionários da União Europeia e da Bélgica. sindicatos de trabalhadores. Isso tem sido particularmente importante, considerando o enfraquecimento das redes locais da sociedade civil palestina - o HWC já havia sido fechado quando Shatha foi

---

<sup>3</sup> Um [relatório abrangente](#) da revista +972 detalha os problemas com esses testemunhos.

<sup>4</sup> Em outubro de 2021, o Ministério da Defesa de Israel designou seis importantes organizações da sociedade civil palestina como "organizações terroristas". Essa designação coloca em risco os fundos, as instalações, os serviços e qualquer pessoa que se envolva ou tenha se envolvido com uma organização designada. Isso inclui funcionários e prestadores de serviços atuais e passados. As seis organizações incluídas na decisão de outubro de 2021 são: Addameer (organização de apoio a prisioneiros e de direitos humanos), Al-Haq (organização de direitos humanos), Defence for Children International (organização de direitos humanos com foco em crianças), Bisan Center for Research and Development (organização de pesquisa e defesa de direitos), Union of Palestinian Women's Committees (organização feminista dedicada a apoiar os direitos sociais, econômicos e políticos das mulheres) e Union of Agricultural Work Committees (apoia os agricultores, especialmente nas

áreas mais marginalizadas e em risco).



A Rede de ONGs Palestinas (presidida por Shatha) está sobrecarregada e muitas de suas organizações membros enfrentam repressão regular tanto de Israel quanto da Autoridade Palestina.

O PHM respondeu dedicando recursos humanos, tempo para eventos e espaço digital para elevar a voz palestina nesse caso. Isso inclui uma força-tarefa que planejou e implementou uma estratégia de defesa focada, apoiada por uma avaliação regular dos eventos específicos que envolvem o caso e do contexto político geral. O PHM e a força-tarefa têm também apoiado a família de Shatha e outras pessoas que trabalham no caso dela, planejando vários compromissos e aconselhando sobre discursos e pontos de discussão.

Embora organizações maiores relacionadas à saúde tenham sido contatadas, elas expressaram, no máximo, que estão monitorando a situação de Shatha sem reconhecer a natureza política de sua prisão e do fechamento do HWC. Por exemplo, os funcionários da Organização Mundial da Saúde declararam, em particular, que estão monitorando a situação, mas não tomaram nenhuma medida ativa, o que pode incluir pedir a Israel que liberte Shatha ou desista de fechar o HWC. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha apenas pediu melhorias nas condições da prisão de Shatha, e MSF na Palestina e a sede na Espanha não fizeram nenhuma declaração pública sobre o caso após serem contatados.

O plano é dar continuidade às campanhas existentes, especialmente na tentativa de atingir um público amplo em todo o mundo. Até agora, as táticas incluíram webinars direcionados a vários públicos e tempestades nas mídias sociais, como uma em 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos, para a qual centenas de ativistas enviaram fotos de solidariedade a Shatha Odeh.

## O papel do PHM

O People's Health Movement, por meio de seu documento fundador, o People's Health A Carta de Direitos Humanos da ONU reconhece que "a desigualdade, a pobreza, a exploração, a violência e a injustiça estão na raiz dos problemas de saúde e das mortes de pessoas pobres e marginalizadas". Ela também "exige o fim da ocupação como uma das ferramentas mais destrutivas para a dignidade humana". O colonialismo, como o da Palestina, é um processo inerentemente violento e explorador que leva à desigualdade, à pobreza e à injustiça, e do qual a ocupação militar é uma das manifestações. Aliar-se à luta palestina contra o colonialismo está, portanto, alinhado com os valores fundamentais do PHM.

Essa aliança tem raízes históricas e práticas profundas. O People's Health Charter e o trabalho do PHM, em geral, são profundamente políticos. A formação oferecida pela Universidade Internacional de Saúde dos Povos concentra-se no papel dos ativistas na organização, no planejamento e no compartilhamento de recursos, reconhecendo que a saúde é o produto de sistemas políticos e que, portanto, melhorar a saúde exige agir sobre esses sistemas políticos. Duas das organizações membros fundadoras do PHM (o International People's Health Council e a Asian Community Health Action Network) foram ativas no apoio às lutas pela libertação nacional, inclusive na Palestina. Uma das organizações cofundadoras do International People's Health Council (IPHC) era uma organização da sociedade civil palestina, a Union of Palestinian Medical Relief Committees, que foi criada com objetivos semelhantes aos do HWC. Uma importante reunião internacional do IPHC foi realizada na Palestina no início da década de 1990, que incluiu visitas aos centros de saúde administrados por organizações da sociedade civil para comunidades marginalizadas e remotas que eram negligenciadas pelos militares israelenses e pelo establishment médico.

Um vínculo mais amplo da Palestina com os movimentos globais pela saúde é o controle do imperialismo sobre as pessoas do sul global. As características e os efeitos do imperialismo incluem a militarização, o extrativismo e a supressão dos direitos econômicos e políticos das pessoas, tudo para atender aos interesses capitalistas do norte global. O apoio do norte global ao colonialismo sionista dos colonos é uma das representações do imperialismo no Oriente Médio, que naturalmente se alia aos interesses imperialistas no restante do sul global. Essas alianças e sistemas têm impactos materiais na vida das pessoas em todo o mundo; Israel é o sexto maior exportador de armas do mundo e tem apoiado indústrias extrativistas na África.

Permanecer fundamentado nas lutas locais nos permite entender e manter a consciência do impacto material sobre as comunidades que enfrentam diretamente a violência imperialista. Além disso, embora um movimento verdadeiramente global seja necessário para enfrentar o alcance e os efeitos globais do imperialismo, o poder político de tal movimento só pode ser derivado da união das comunidades, da organização e da articulação das demandas e, em seguida, da construção de alianças locais e globais. Há também diferentes contextos, diferentes histórias e diferentes mecanismos em cada uma das manifestações locais, o que leva a diferentes efeitos, exigindo diferentes respostas. Isso vai desde a preservação da presença e da cultura, passando pela recuperação de plantas com propriedades saudáveis, até o exercício da resistência para repelir a violência colonial e imperial.

A maneira única de o PHM trabalhar baseia-se na compreensão que o PHM tem dessa interação entre a solidariedade e a construção de movimentos locais e globais. O PHM une profundamente

trabalho comunitário enraizado com representação global. O trabalho comunitário é considerado fundamental para a mudança política necessária para melhorar a vida das pessoas, refletindo a crença de que são os movimentos locais que podem, em última instância, alterar o equilíbrio de poder para mudar o discurso e a política.

Isso vale tanto para a Palestina quanto para outros movimentos de justiça social em todo o mundo, onde a resistência local ao imperialismo deve impulsionar a solidariedade internacional, e não o contrário. Para o MSP, esses movimentos de base abrangem diferentes países, regiões e continentes, e vêm de comunidades afetadas pelas questões sobre as quais o MSP faz campanha ou estão inseridos nelas. Essa base dos ativistas do MSP facilita o empoderamento genuíno dessas comunidades, especialmente quando combinada com a capacitação e a realização de campanhas nas bases. Diferentes movimentos podem então aprender e agir em solidariedade uns com os outros em nível regional ou global. Isso acontece por meio de parcerias diretas entre diferentes integrantes e afiliados do MSP e por meio de representação nos corredores globais do poder. Um exemplo importante disso são as parcerias entre movimentos sociais no sul global, como entre ativistas na Palestina e nas Filipinas, onde ativistas palestinos viajam para as Filipinas para que ativistas de ambos os países compartilhem experiências, aprendam e se inspirem mutuamente. Esse exercício de solidariedade permite que os movimentos catalisem uns aos outros e incentiva o desenvolvimento mútuo de seus respectivos movimentos.

Outra maneira de expressar essa solidariedade é por meio da presença de profissionais de saúde de todo o mundo para prestar testemunho. Na Palestina, muitos profissionais de saúde, inclusive ativistas do PHM, viajaram para Shifa e outros hospitais na Faixa de Gaza, especialmente durante a escalada da violência. Isso permitiu que eles prestassem depoimento, o que garantiu que as experiências dos profissionais de saúde palestinos fossem ouvidas em todo o mundo. Por fim, os ativistas do PHM também participam das atividades de solidariedade de suas redes locais, como protestos e boicotes globais. É importante que essas parcerias sejam firmadas como parceiros iguais e que a solidariedade permaneça focada naqueles a quem ela se destina. No MSP, isso é mantido por meio da crença mútua nos princípios fundamentais do MSP e de um entendimento comum de suas estruturas para analisar a dinâmica do poder e seus efeitos sobre a saúde. Em nível global, a presença e o lobby nos corredores do poder, como as Assembleias Mundiais de Saúde e as Conferências das Partes, chamam a atenção para o trabalho do MSP e elevam os movimentos de base.

A fraqueza não surpreendente da solidariedade global, especialmente com a Palestina, é que as expressões de solidariedade atingem o pico em torno de pontos de inflamação particularmente violentos, por exemplo, as recentes agressões à Faixa de Gaza em 2008/9, 2014 e 2021, que foram mais bem documentadas do que as escaladas anteriores de violência e a violência sistêmica que Israel inflige. Há muitos motivos para esse padrão. Um dos motivos evitáveis é tratar a Palestina como uma situação excepcional que deve ser abordada separadamente de outras manifestações da dinâmica de poder contemporânea. Embora seja importante reconhecer que há algumas circunstâncias e características excepcionais em cada luta, inclusive na luta palestina, os ativistas destacam que é importante enquadrar a luta palestina como um exemplo das manifestações contemporâneas do imperialismo e do colonialismo, embora seja um exemplo particularmente agudo. Essa compreensão da luta pode transcender as expressões de simpatia durante os piores momentos de violência, para se concentrar nas estruturas de poder subjacentes, que exigem uma organização incansável.

É importante destacar que sempre houve um entendimento e uma defesa do impacto da dinâmica do poder global sobre as condições de vida e saúde das pessoas. No entanto, a retórica específica sobre isso tem variado. Por exemplo, a propaganda com o objetivo de difamar e suprimir os ativistas anti-imperialistas fez com que o discurso anti-imperialista fosse associado ao comunismo e até mesmo ao terrorismo. A compreensão do papel do imperialismo na formação da dinâmica do poder global e, por extensão, da vida e da saúde das pessoas, foi, portanto, suprimida. Até mesmo os ativistas e as comunidades que continuaram a manter esse entendimento tiveram que usar um discurso alternativo. Essa corrente tem sido um dos motores do uso crescente de uma estrutura baseada em direitos na defesa da saúde e no ativismo político mais amplo, já que o discurso baseado em direitos era universalmente aceito. Mais recentemente, houve um retorno a algum grau de discurso anti-imperialista. Isso se deve principalmente ao fato de que as populações que sofrem as consequências do imperialismo estão mudando de poder para poder definir o discurso, além do movimento global pela justiça na saúde, que educa os profissionais da saúde e o público sobre as ligações entre os sistemas globais de poder e a saúde. Isso necessariamente vai além do discurso dos direitos humanos, que, como uma ideia universalizada, tem sido cada vez mais cooptado pelos paradigmas neoliberais dominantes e que, muitas vezes, pode faltar quando se defende as demandas políticas coletivas das comunidades.

O círculo temático sobre guerras e conflitos foi particularmente catalisado pelas respostas dos governos à pandemia da COVID-19, que incluíram a criminalização da não conformidade com as regulamentações e a resposta militarizada em alguns casos. Como visto no policiamento excessivo em geral, isso tem sido frequentemente usado como uma cobertura para suprimir a organização popular. Estados de emergência foram declarados em muitos lugares. Na Palestina, isso foi usado pela Autoridade Palestina para suprimir manifestações contra sua repressão política. Nas Filipinas, esses regulamentos foram usados para proibir qualquer protesto. No Reino Unido, a polícia reprimiu violentamente uma vigília e efetuou várias prisões de mulheres que haviam se reunido para lamentar e protestar contra o assassinato de uma mulher por um policial, que havia usado sua autoridade para atraí-la para seu carro de polícia. Isso se enquadra em um contexto mais amplo de repressão dos Estados às organizações da sociedade civil, seja trabalhando em questões sociais, econômicas e culturais que afetam a saúde ou fornecendo diretamente serviços de saúde. Na Nicarágua, isso incluiu a ilegalização de 45 organizações da sociedade civil no espaço de um mês em 2021, incluindo pelo menos 15 organizações médicas ou comunitárias de saúde. O diretor de uma das OSCs foi deportado para a Costa Rica. Um padrão semelhante de redução do espaço da sociedade civil foi observado nas Filipinas, com a proximidade das eleições, reduzindo o espaço que as OSCs oferecem para as comunidades se organizarem.

A importância de organizações como o PHM é, portanto, óbvia. Os problemas globais, incluindo o imperialismo e o colonialismo, precisam de soluções globais, especialmente porque os sistemas opressivos ao redor do mundo fortalecem uns aos outros. Isso faz com que seja importante que aqueles que lutam contra esses sistemas formem alianças para um movimento pela justiça global. Os princípios claros do PHM, combinados com seu amplo e profundo alcance, o tornam bem situado para ser um líder em tal movimento.

## Recomendações

Os ativistas pela justiça na saúde estão perfeitamente situados para reconhecer, educar e agir sobre a interconexão de diferentes lutas contra o imperialismo. Em particular, os ativistas do MSP reconhecem o valor de trabalhar em diferentes níveis para promover a libertação de todas as pessoas. Algumas sugestões de ações que os ativistas do MSP podem realizar são as seguintes:

Os membros do MSP devem garantir que seu trabalho, ativismo e estudo estejam profundamente enraizados nas necessidades das comunidades ao seu redor;

Os membros do PHM devem se comprometer a educar a si mesmos e às pessoas ao seu redor sobre o papel do anti-imperialismo e do anticolonialismo no desafio à injustiça na saúde;

Os membros do MSP, os Capítulos e o MSP Global devem centralizar as vozes dos oprimidos; eles devem usar seus recursos e plataformas disponíveis para capacitar os marginalizados e oprimidos a desenvolver e usar sua própria linguagem para descrever sua luta e articular suas demandas;

Os membros do PHM, os Capítulos e o PHM Global devem atender aos apelos globais de solidariedade das pessoas oprimidas; isso inclui se comprometer e promover o movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções;

Os Capítulos PHM e o PHM Global devem se associar a outras organizações dedicadas à luta contra o imperialismo e o colonialismo, para deixar clara a ligação entre a saúde e outras questões de justiça social no contexto do imperialismo e do colonialismo;

O PHM Global deve continuar a vincular diferentes membros e seções de todo o mundo para uma colaboração eficaz, especialmente para promover a solidariedade e a organização Sul-Sul;

A PHM Global deve continuar a dar voz aos oprimidos, marginalizados e silenciados.

## Fontes

### Contexto histórico

Adalah (2021), banco de dados Discriminatory Laws in Israel (Leis discriminatórias em Israel). <https://www.adalah.org/en/law/index>

Adalah (2021), The Inequality Report.

[https://www.adalah.org/uploads/oldfiles/upfiles/2011/Adalah\\_The\\_Inequality\\_Report\\_March\\_2011.pdf](https://www.adalah.org/uploads/oldfiles/upfiles/2011/Adalah_The_Inequality_Report_March_2011.pdf)

Al-Haq (2017), Residency Revocation: Israel's Forcible Transfer of Palestinians from Jerusalem [Transferência forçada de palestinos de Jerusalém por Israel].

<https://www.alhaq.org/advocacy/6331.html>

Al-Haq (2021), Sheikh Jarrah and Silwan: Ongoing Nakba and Israeli Dispossession of Palestinians. <https://www.alhaq.org/advocacy/18442.html>

Al-Haq (2021), Special Focus: Israel Intensifies Forced Self-Demolitions of Palestinian Homes in Occupied Jerusalem (Foco especial: Israel intensifica as autodemolições forçadas de casas palestinas em Jerusalém ocupada).

<https://www.alhaq.org/advocacy/18827.html>

Arafah, Nur (2016), Which Jerusalem? Israel's Little-Known Master Plans. <https://al-shabaka.org/briefs/jerusalem-israels-little-known-master-plans/>

B'Tselem (2004), Forbidden Roads: The Discriminatory West Bank Road Regime.

[https://www.btselem.org/publications/summaries/200408\\_forbidden\\_roads](https://www.btselem.org/publications/summaries/200408_forbidden_roads)

Dajani, Muna (2014), Drying Palestine: Israel's Systematic Water War, *Al-Shabaka*.

<https://al-shabaka.org/briefs/drying-palestine-israels-systemic-water-war/>

Dajani, Muna (2017), The "Apolitical" Approach to Palestine's Water Crisis (A abordagem "apolítica" da crise hídrica da Palestina), *Al-Shabaka*.

<https://al-shabaka.org/briefs/apolitical-approach-palestines-water-crisis/>

Decolonize Palestine (2021), Introduction to Palestine (Introdução à Palestina). <https://decolonizepalestine.com/introduction-to-palestine/>

Eid, Haider (2013), The Oslo Accords: A critique.

<https://www.aljazeera.com/opinions/2013/9/13/the-oslo-accords-a-critique/>

Elkhafif, Mahmoud; Misyef, Misyef; Elagraa, Mutasim, (2014), Palestinian Fiscal Revenue Leakage to Israel under the Paris Protocol on Economic Relations, *United Nations Conference on Trade and Development*.

[https://unispal.un.org/pdfs/UNCTAD\\_RevLkStdy.pdf](https://unispal.un.org/pdfs/UNCTAD_RevLkStdy.pdf)

Hiltermann, Joost (1986), Israel's Deportation Policy (Política de Deportação de Israel), *Al-Haq*

[https://www.alhaq.org/cached\\_uploads/download/alhaq\\_files/publications/Israels\\_Deportation\\_Policy.pdf](https://www.alhaq.org/cached_uploads/download/alhaq_files/publications/Israels_Deportation_Policy.pdf)

Morris, Benny (2008), 1948.

OHCHR (2021), Israel/OPT: Especialistas da ONU alertam para o aumento dos níveis de violência dos colonos israelenses em um clima de impunidade

<https://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=26991&LangID=E>

Palestinian Journeys, "The Evolving Infrastructure of Palestinian Refugee Camps" (A infraestrutura em evolução dos campos de refugiados palestinos).

<https://www.paljourneys.org/en/timeline/highlight/22473/evolving-infrastructure-palestinian-refugee-camps>

Pappé, Ilan (2006), The Ethnic Cleansing of Palestinians [A limpeza étnica dos palestinos].

Said, Edward (1993), The Morning After, *London Review of Books*.

<https://www.lrb.co.uk/the-paper/v15/n20/edward-said/the-morning-after> Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e

Desenvolvimento (UNCTAD) (2012), The Palestinian

Economia em Jerusalém Oriental: Enduring annexation, isolation and disintegration (Resistindo à anexação, ao isolamento e à desintegração).

[https://unctad.org/system/files/official-document/gdsapp2012d1\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/gdsapp2012d1_en.pdf)



Waage, Hilde Henrisken (2005), Norway's Role in the Middle East Peace Talks: Between a Strong State and a Weak Belligerent, *Journal of Palestine Studies*  
<https://www.jstor.org/stable/10.1525/jps.2005.34.4.6>

## Saúde e direitos humanos

Adalah (2021), banco de dados Discriminatory Laws in Israel (Leis discriminatórias em Israel). <https://www.adalah.org/en/law/index>

Asi, Yara M; Tanous, Osama; Wispelwey, Bram; AlKhaldi, Mohammed (2021), Are there 'two sides' to attacks on healthcare? Evidence from Palestine, *European Journal of Public Health* <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckab167>

Medical Aid for Palestinians (2021), Systematic discrimination and fragmentation as key barriers to Palestinian health and healthcare  
<https://www.map.org.uk/downloads/reports/map-health-inequalities-paper-final.pdf>

Escritório Central de Estatísticas da Palestina (2019), The International Day of Persons With Disabilities (Dia Internacional das Pessoas com Deficiência).  
<https://www.pcbs.gov.ps/site/512/default.aspx?lang=en&ItemID=3607>

Escritório Central de Estatísticas da Palestina (2021), Indicadores.  
<https://www.pcbs.gov.ps/site/881/default.aspx>

Taub Center (2017), The health of the Arab population in Israel (A saúde da população árabe em Israel).

<https://www.taubcenter.org.il/research/%d7%91%d7%a8%d7%99%d7%90%d7%95%d7%aa-%d7%94%d7%90%d7%95%d7%9b%d7%9c%d7%95%d7%a1%d7%99%d7%99%d7%94-%d7%94%d7%a2%d7%a8%d7%91%d7%99%d7%aa-%d7%91%d7%99%d7%a9%d7%a8%d7%90%d7%9c/#>

United Nations Relief and Work Agency (2021), Syria@10.  
<https://www.unrwa.org/campaign/syria10>

Organização Mundial da Saúde (2018), Right to Health in the occupied Palestinian territory (Direito à saúde no território palestino ocupado).  
[https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/WHO\\_Right\\_to\\_health\\_2018\\_Web-final.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/WHO_Right_to_health_2018_Web-final.pdf)

## O Comitê de Trabalho de Saúde e Shatha Odeh

Entrevista com Shirin Abu Fannouneh, filha de Shatha Odeh

The People's Health Movement (2021), Relevant links, articles and statements [to Shatha Odeh's case]. <https://phmovement.org/relevant-links-articles-and-statements/>

The People's Health Movement (2021), The Palestine Experience: Pearl and Perils of Health Work in areas of Conflict | #FreeShathaOdeh.  
<https://www.youtube.com/watch?v=c7HRrhU6rys>

## O papel do PHM

Baum, Fran; Sanders, David; Narayan, Ravi (2020), The global People's Health Movement. O que é o Movimento pela Saúde do Povo? *Saúde Debate*.

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/5hXFkzYbmtYgWj5YTGXzD/?lang=en&format=pdf>

Hamlin Zúniga, María (2006), The International People's Health Council, *Development in Practice*. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/096145249100076981>

Entrevistas com os membros do PHM María Hamlin Zúniga, Delen De la Paz e Wim De Ceukelaire

## Recursos adicionais recomendados

### Livros

Erakat, Noura (2019), Justice for Some: Law and the Question of Palestine [A lei e a questão da Palestina].

Khalidi, Rashid (2020), The Hundred Years' War on Palestine: A History of Settler Colonialism and Resistance, 1917-2017 [A história do colonialismo e da resistência dos colonos, 1917-2017].

Masalha, Nur (2018), Palestine: A Four Thousand Year History.

Pappé, Ilan (2006), The Ethnic Cleansing of Palestinians [A limpeza étnica dos palestinos].

Said, Edward (1992), The question of Palestine.

### Sites da Web

[Al-Shabaka](#), a rede de políticas palestinas

[Decolonize Palestine](#)

### Filmes

3000 Nights (2015)

5 Câmeras quebradas (2012)

Al-Nakba: The Palestinian catastrophe (2008)

Jenin, Jenin (2002)

Paradise Now (2008)

O Presente (2020) Sal

deste Mar (2008)

O tempo que resta (2009)

When I Saw You (2012)